

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico****Diretoria de Energia****Nota Técnica nº 13/SEDE/DIEN/2021****PROCESSO Nº 1220.01.0002156/2021-24****ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES À CONSULTA PÚBLICA Nº 24/2021****1. Objetivo**

Analisar as contribuições recebidas no âmbito da Consulta Pública nº 24/2021, a qual tratou da minuta do contrato de serviço de distribuição que permitirá a migração de potenciais consumidores, autoprodutores e autoimportadores ao mercado livre de gás natural canalizado em Minas Gerais.

**2. Fundamentos**

O documento disponibilizado para a Consulta Pública nº 24/2021 foi o seguinte:

- Minuta do contrato de serviço de distribuição.

**3. Contribuições**

Foram recebidas contribuições das seguintes instituições:

- ABIOGÁS – Associação Brasileira do Biogás;
- ABRACE – Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres;
- FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais;
- GASMIG – Companhia de Gás de Minas Gerais;
- GERDAU;
- PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S.A.;
- SINDIREPA – Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos do Estado de Minas Gerais; e
- VALE S.A.

As entidades ABRACE, FIEMG e SINDIREPA enviaram suas contribuições em conjunto.

Ademais, foram recebidas contribuições de pessoas físicas:

- Cid Tomanik Pompeu Filho.

A SEDE agradece por todas as contribuições recebidas. Cada capítulo identifica as contribuições de um participante.

**3.1. Abiogás****Contribuição 1**

*“Sugiro a alteração da redação do item 1.1.7 da Minuta de Contrato padrão de distribuição de gás canalizado (COMERCIALIZADOR DE GÁS: empresa ou consórcio de empresas autorizadas a exercer a atividade de compra e venda de GÁS NATURAL, BIOMETANO OU SIMILARES QUE ATENDAM AS ESPECIFICAÇÕES DA ANP, responsável por disponibilizar a molécula de GÁS no sistema de transporte que atende ao PONTO DE SAÍDA para o consumo do CONTRATANTE.”*

**Justificativa**

*“É importante que o comercializador possa negociar a compra e venda de todo e qualquer tipo de gás que possa utilizar a mesma infraestrutura de distribuição de forma não concorrencial, desde que o gás inserido no gasoduto de distribuição esteja em conformidade com as especificações da ANP.”*

**Resposta**

As Resoluções estaduais são supervenientes.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 2**

*"Sugiro a inclusão das seguintes definições e interpretações de termos para a Cláusula1 da Minuta de contrato padrão de distribuição de gás canalizado: (1.1.4 BIOMETANO: biocombustível gasoso constituído essencialmente de metano, derivado da purificação do biogás, que atenda às especificações estabelecidas pelas resoluções vigentes da ANP, apto a ser misturado ao Gás Natural, conforme Resoluções ANP Nº 8, de 30 de janeiro de 2015 e Nº 685, de 29 de junho de 2017."*

**Justificativa**

*"O biometano é um biocombustível equivalente e intercambiável com o gás natural de origem fóssil com alto potencial produtivo no estado de Minas Gerais, devendo ser contemplado nos contratos de distribuição de gás"*

**Resposta**

As Resoluções estaduais são supervenientes.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 3**

*"Sugiro alteração da redação do item 1.1.15 da Minuta de Contrato padrão de distribuição de gás canalizado: (GÁS: todo hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, podendo ser gás natural, biometano ou similares em conformidades com as especificações da ANP.)"*

**Justificativa**

*"É importante separar o entendimento do que será compreendido como GÁS no contrato de COMERCIALIZAÇÃO DE GÁS, que pode abranger gás natural, biometano e outros similares, do que é o gás natural, combustível fóssil obtido através do petróleo"*

**Resposta**

As Resoluções estaduais são supervenientes.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 4**

*"Sugiro a inclusão da redação ao item 1.1 da Minuta de Contrato padrão de distribuição de gás canalizado: (GÁS NATURAL: todo hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, cuja composição poderá conter gases úmidos, secos e residuais, conforme Resolução ANP Nº 16 de 17 de junho de 2008.)"*

**Justificativa**

*"O GÁS NATURAL deve ter uma definição separada do que pode compreender o GÁS canalizado a ser distribuído, que pode abranger gás natural, biometano e outros gases que sigam especificações estabelecidas pela ANP."*

**Resposta**

As Resoluções estaduais são supervenientes.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 5**

*"Sugiro alteração da redação do item 2.1 da Minuta de Contrato padrão de distribuição de gás canalizado: (2.1 O presente CONTRATO tem por objeto a prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO de GÁS canalizado pela GASMIG à CONTRATANTE, para atendimento à UNIDADE ATENDIDA, utilizando o SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, em conformidade com a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) e condições ora estabelecidas.)"*

**Justificativa**

*"O serviço de distribuição de gás deve compreender não somente o gás natural, como também o biometano e outros gases similares que sigam as especificações da ANP que possam ser inseridos em gasoduto de distribuição de gás natural. Ao retirar a especificidade de "gás natural" do serviço de distribuição e inserindo nas definições do que pode ser compreendido como "gás", ampliam-se as possibilidades de utilização dos gasodutos de distribuição, de forma a fomentar o desenvolvimento dos demais combustíveis gasosos complementares ao gás natural."*

**Resposta**

As Resoluções estaduais são supervenientes.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 6**

*"Sugiro alteração da redação do item 1.1.42 da Minuta de Contrato padrão de distribuição de gás canalizado: (1.1.42 TRANSPORTADOR: empresa ou consórcio de empresas autorizados a exercer a atividade de transporte de gás natural, biometano e outros gases similares, responsável pelo PONTO DE SAÍDA;)"*

**Justificativa**

*"O serviço de transporte de gás deve compreender não somente o gás natural, como também o biometano e outros gases similares que sigam as especificações da ANP que possam ser inseridos em gasoduto de distribuição de gás natural. Ao retirar a especificidade de "gás natural" do serviço de distribuição e inserindo nas definições do que pode ser compreendido como "gás", ampliam-se as possibilidades de utilização dos gasodutos de distribuição, de forma a fomentar o desenvolvimento dos demais combustíveis gasosos complementares ao gás natural."*

**Resposta**

As Resoluções estaduais são supervenientes.

Contribuição não acatada.

**3.2. Abrace, Fiemg e Sindirepa****Contribuição 7**

*"VI. A CONTRATANTE ~~firmou~~ celebrou ou tem a intenção de celebrar até o INÍCIO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO a compra e venda de GÁS com o um COMERCIALIZADOR DE GÁS ~~contrato de fornecimento de GÁS e que o mesmo não onera o MERCADO REGULADO da GASMIG, conforme Resolução SEDE nº 17, de 09 de dezembro de 2013.~~"*

**Justificativa**

*"A conclusão da negociação com comercializador pode ocorrer antes ou durante as tratativas do Contrato do Serviço de Distribuição. O importante é que o contrato com o comercializador seja finalizado até a data do início da prestação de serviço de distribuição. Dessa forma, sugere-se ajuste textual conforme previsão ao lado."*

**Resposta**

Considera-se que a celebração do contrato de serviço de distribuição com a concessionária deve ser precedida da contratação de fornecimento de gás e de transporte como forma de se preservar a estabilidade dos mercados livre e cativo.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 8**

*"VII. A CONTRATANTE firmou, ou irá firmar até o INÍCIO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, com o TRANSPORTADOR ou COMERCIALIZADOR DE GÁS contrato de prestação de serviço de transporte que atende ao PONTO DE SAÍDA."*

**Justificativa**

*"Segue o mesmo raciocínio do item anterior."*

**Resposta**

Considera-se que a celebração do contrato de serviço de distribuição com a concessionária deve ser precedida da contratação de fornecimento de gás e de transporte como forma de se preservar a estabilidade dos mercados livre e cativo.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 9**

*"Inclusão de item:*

*CLÁUSULA 1 – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE TERMOS*

*1.1.xx ACORDO OPERACIONAL: documento, a ser firmado entre distribuidora, transportador, agente livre e comercializador, contendo procedimentos para operação segura e eficiente da rede de transporte e de distribuição, incluindo, mas não se limitando a, obrigações referentes a qualidade, vazão, pressão e fluxo de informações de medições."*

**Justificativa**

*"A previsão de assinatura de um acordo operacional entre os agentes transportador, comercializador, concessionária de distribuição e usuário livre, com anuência dos agentes reguladores estadual e federal, é primordial para viabilizar a correta alocação de responsabilidades entre os agentes e o fluxo informacional entre os segmentos e determinar critérios claros medição dos volumes de gás que serão alocados ao consumidor livre.*

*Sobre tal documento, os procedimentos quanto à regularidade e responsabilidade da prestação de informações, limitado à dados operacionais, e, conseqüentemente, mantendo o sigilo comercial dos agentes, devem estar previstos. O fluxo de informações torna-se especialmente relevante num cenário de desenvolvimento do mercado de balanceamento e de transações secundárias. Os agentes precisam das informações online disponíveis para tomada de decisão quanto a compra/venda de molécula do curto prazo e adequações de seus portfólios. Da mesma maneira, disposições sobre qualidade do gás natural e pressão também devem ser tratados neste documento de modo a determinar os termos operacionais e responsabilidades."*

**Resposta**

Não se considera pertinente a criação da figura de acordos operacionais, uma vez que a concessionária deverá cumprir os protocolos definidos pela ANP relativo às responsabilidades do transportador e do distribuidor na interconexão dos sistemas de transporte e distribuição.

Contribuição não acatada.

#### Contribuição 10

*"Inclusão de item:*

1.1.xx FALHA NO FORNECIMENTO: situação caracterizada pela não disponibilização da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA pela GASMIG ao consumidor, de acordo com as condições de entrega e as especificações de qualidade do GÁS."

#### Justificativa

*"Apesar da referência do termo "Falha no Fornecimento" ao longo de toda a minuta do contrato, faz-se falta de uma definição para sua caracterização. Dessa forma, sugere-se a inclusão do item de definição."*

#### Resposta

Conforme contribuições da Petrobras, incluiu-se a definição de FALHA NO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, item 1.1.15.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 11

*"CLÁUSULA 3 – OBRIGAÇÕES DA GASMIG*

*3.3. Informar com periodicidade horária a medição de consumo de GÁS NATURAL, conforme as determinações da ANP e PODER CONCEDENTE, para o TRANSPORTADOR, COMERCIALIZADOR DE GÁS e a CONTRATANTE."*

#### Justificativa

*"A prestação da informação em base horária se faz essencial para a gestão de contratação e projeção de nominação do gás pelo usuário livre, sobretudo no ambiente livre de mercado. Dessa forma, sugerimos a alteração textual para que seja efetuada a atualização das medições horárias."*

#### Resposta

Considera-se oportuno estabelecer a obrigação de medição diária para a concessionária, nos termos dos regulamentos atualmente vigentes e seguindo-se a prática mais comum no mercado. Alteração incluída na cláusula 3.3.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 12

*"Inclusão de item:*

3.xx Manter qualidade do serviço prestado em sua atividade fim, atendimento ao usuário e demais atividades desenvolvidas;

3.xx Negociar de boa fé e disponibilizar-se para atendimento das previsões do ACORDO OPERACIONAL, a ser elaborado pela ANP em conjunto com as agências reguladoras estaduais;

3.XX Responder por danos e prejuízos ao contratante, seus representantes ou a terceiros, em decorrência da má execução dos seus serviços. Conforme estipulado no CONTRATO."

#### Justificativa

*"Além dos itens expostos na minuta da Secretaria, sugerimos a inclusão de mais tópicos para a composição do roll de obrigações da Gasmig, que se fazem de suma relevância. Visa-se, essencialmente, a promoção da transparência informacional, manutenção da qualidade do serviço prestado, disponibilização para o atendimento ao Acordo Operacional, a ser elaborado, colaboração com demais agentes para promoção do melhor funcionamento do sistema como um todo, assim como responsabilização por danos e prejuízos em função da sua má prestação do serviço."*

#### Resposta

O primeiro item proposto está contemplado nos princípios tratados no contrato de concessão.

Quanto ao segundo item, que trata de acordo operacional, ver contribuição 9.

O terceiro item, por sua vez, está contemplado na cláusula 9 do contrato.

Contribuição não acatada.

#### Contribuição 13

*"CLÁUSULA 6 – QUANTIDADE DIÁRIA*

*CONTRATUAL E INÍCIO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO*

6.2 A data exata de INÍCIO DO SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO ~~será formalmente confirmada pela GASMIG à CONTRATANTE com pelo menos 48 horas de antecedência em XX/XX/XXX, com possibilidade de alteração mediante prévio acordo entre as PARTES, caso contrário, a PARTE que der causa ao atraso no início do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO deverá comunicar à outra PARTE a necessidade de alteração da data de início, com antecedência mínima de 30 (trinta) DIAS, sob pena de incorrer no pagamento de multa equivalente à penalidade por capacidade não utilizada ou por FALHA NO FORNECIMENTO."~~

**Justificativa**

"A alteração da data de início do serviço de distribuição deve ser permitida para ambas as partes, mediante prévio acordo, garantindo a isonomia do contrato. Entretanto, na falta da anuência da outra parte, o tratamento do referido atraso deve ser dado de maneira a minimizar eventuais danos. Dessa forma, além do aviso prévio da postergação da data, vislumbra-se aplicação de medida de sanção semelhante à penalidade aplicável em situação de falta de uso, caso o atraso seja dado por parte do usuário livre, ou em falha no fornecimento, caso por parte da concessionária."

**Resposta**

A redação proposta traz melhores condições para os consumidores.

Contribuição acatada.

**Contribuição 14**

"CLÁUSULA 7 – TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO (TUSD)

7.3.2 No caso do cálculo do SPC indicar saldo a recuperar pela GASMIG, cabe ao CONTRATANTE NOTIFICAR a GASMIG com até 10 (vinte e dez) DIAS antes do fim do PERÍODO DE FATURAMENTO se deseja antecipar o valor a ser pago do VPCD referido no item 7.3.1, caso contrário o documento de cobrança será cobrado em 12 parcelas via Sistema de Amortização Constante atualizado pela variação da SELIC."

**Justificativa**

"Trata-se de um simples ajuste textual."

**Resposta**

Correção de erro de digitação.

Contribuição acatada.

**Contribuição 15**

"CLÁUSULA 8 – PONTO DE ENTREGA DA GASMIG e PONTO DE SAÍDA

8.1.2 A transferência de custódia do GÁS da GASMIG ao ~~CLIENTE~~ à CONTRATANTE ocorrerá no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG."

**Justificativa**

"Trata-se de um simples ajuste textual."

**Resposta**

Correção de erro de digitação.

Contribuição acatada.

**Contribuição 16**

"CLÁUSULA 9 – CONDIÇÕES DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DO GÁS

9.1.1 O GÁS será disponibilizado pelo ~~COMERCIALIZADOR DE GÁS~~ TRANSPORTADOR à GASMIG no PONTO DE SAÍDA, conforme ACORDO OPERACIONAL ~~atendendo às condições desta Cláusula~~.

As condições de fornecimento do GÁS no PONTO DE SAÍDA são as apresentadas na seguinte tabela, onde as pressões são expressas nas CONDIÇÕES BASE, conforme ACORDO OPERACIONAL."

**Justificativa**

"As condições operacionais devem estar previstas no Acordo Operacional, de forma a possibilitar a anuência de demais agentes a montante da cadeia de distribuição. Sabe-se que o transportador não é contraparte deste contrato, tampouco é o comercializador. Contudo, entendemos que a responsabilidade de disponibilização do gás no ponto de saída, ou seja, na fronteira do transporte e da distribuição, é do transportador. De fato, o comercializador, na relação contratual de molécula com usuário livre, será responsável por injetar o gás no sistema."

**Resposta**

Redação adequada, mas ver contribuição 92.

Quanto ao acordo operacional, ver contribuição 9.

Contribuição parcialmente acatada.

**Contribuição 17**

"9.1.5 Em nenhuma hipótese a GASMIG poderá ser responsabilizada por eventual falha de fornecimento, caso a pressão de fornecimento no PONTO DE SAÍDA seja inferior à Pressão Mínima de Fornecimento no DIA: Eventuais falhas de fornecimento no PONTO DE SAÍDA devem ser previstas no ACORDO OPERACIONAL."

**Justificativa**

"Conforme discorrido acima, entendemos que possíveis responsabilizações pela falta de gás no ponto de saída devem estar previstas em acordo operacional entre as partes. As condições operacionais, incluindo condições

*mínimas de pressão, de qualidade do gás e medidas punitivas aplicáveis, devem estar previstas no Acordo Operacional, de forma a possibilitar a anuência de demais agentes a montante da cadeia de distribuição.”*

**Resposta**

Ver contribuição 9.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 18**

*“9.2.1 As condições de fornecimento do GÁS no Ponto de Entrega da GASMIG são as apresentadas na seguinte tabela, onde as vazões são expressas nas CONDIÇÕES BASE:*

*[Incluir itens].*

*Vazão Instantânea Máxima = XXX m<sup>3</sup>/h*

*Vazão Instantânea Mínima = XXX m<sup>3</sup>/h.”*

**Justificativa**

*“Sugere-se a inclusão dos valores de vazões instantâneas mínimas e máximas na tabela indicada pelo item, a serem calculados a partir das vazões máximas e mínimas. Considera-se que, por tratar-se de fatores limites, os mesmos devem ser calculados com base nas vazões extremas em função das características físicas dos equipamentos usados para a medição do consumo do usuário contratante.”*

**Resposta**

Considera-se que os termos do contrato estão de acordo com a prática atual de mercado, que considera a vazão instantânea conforme o volume contratado, o que garante maior confiabilidade e segurança à rede de distribuição e aos consumidores dos mercados livres e cativo.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 19**

*~~“9.2.3 A Vazão Instantânea Máxima, nas CONDIÇÕES BASE, em qualquer momento, expressa em m<sup>3</sup>/h (METRO CÚBICO DE GÁS por hora), no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, será limitada a 100% da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), dividida por 24 (vinte e quatro) horas..~~*

*~~9.2.4 A Vazão Instantânea Mínima, nas CONDIÇÕES BASE, em qualquer momento, expressa em m<sup>3</sup>/h (METRO CÚBICO DE GÁS por hora), no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, será igual a 1/24 (um vinte e quatro avos) da correspondente Vazão Mínima do PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, respectivamente.”~~*

**Justificativa**

*“Seguindo o mesmo raciocínio desenvolvido anteriormente, as vazões instantâneas máximas e mínimas devem ser equivalentes às condições de vazões limites estabelecidas, por tratarem-se de fatores relacionados às condições físicas dos equipamentos. Considera-se que a definição proposta em Consulta Pública foge deste conceito, de forma a limitar a vazão instantânea máxima e mínima em função de condições comerciais, com potencial imposição de penalidade desnecessária ao usuário livre, visto que a QDC não necessariamente representa a vazão máxima suportada pelos equipamentos, e, consequentemente, não representa risco ao sistema de distribuição.*

*Em adição, a limitação da vazão instantânea máxima pela média da QDC contradiz com a previsão instituída no item 10.3.1, que possibilita a solicitação de volume superior à contratada. Caso se mantenha a limitação da vazão instantânea máxima tal movimentação será inviabilizada.”*

**Resposta**

Ver contribuição 18.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 20**

*~~“9.2.6 A GASMIG não será responsabilizada, em nenhuma hipótese, quando não houver da comprovada indisponibilidade de GÁS no PONTO DE SAÍDA para atendimento à UNIDADE ATENDIDA, conforme previsão do ACORDO OPERACIONAL.”~~*

**Justificativa**

*“A indisponibilidade de gás no ponto de saída deve ser comprovada pela concessionária, e as condições operacionais a serem seguidas pela mesma devem estar previstas no Acordo Operacional.”*

**Resposta**

Ver contribuição 9.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 21**

*“CLÁUSULA 10 – PROGRAMAÇÃO E PARADAS PROGRAMADAS*

*10.1 A CONTRATANTE enviará à GASMIG todas as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) enviadas ao COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou TRANSPORTADOR, através do GASMIG ATENDE, até ~~30 (trinta) minutos~~ 2*

*(duas) horas após o envio da QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) ao COMERCIALIZADOR DE GÁS."*

#### Justificativa

*"A determinação do prazo de apenas 30 min para comunicação da QDS à distribuidora é considerada irrazoável, e, portanto, sugere-se o prazo de ao menos 2 horas após o envio da QDS ao comercializador."*

#### Resposta

O aumento do prazo é positivo para os clientes livres, ressaltando-se a possibilidade de redução do prazo para se evitar a penalização por descumprimento dos contratos de fornecimento para o mercado cativo.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 22

*"10.1.2 Caso a CONTRATANTE não envie a NOTIFICAÇÃO, conforme item 10.1, a GASMIG ~~assumirá nenhuma responsabilidade, a que título seja, de não entrega do GÁS~~ deverá adotar a QDC.*

*10.1.xx Em caso de falha do recebimento da NOTIFICAÇÃO, em função da indisponibilidade da plataforma virtual, deverá a GASMIG fornecer meios alternativos ao usuário e tomar as devidas providências para a disponibilização da plataforma."*

#### Justificativa

*"Na condição da falta de notificação da QDS, sugere-se pela adoção da QDC. O exímio da responsabilidade pela distribuidora nesta condição se faz injustificada, visto que a contratação diária deve ser cumprida.*

*Em adição, sugere-se inclusão de item adicional para indicar procedimento a ser tomado em caso de falha no sistema de recebimento das notificações."*

#### Resposta

Existem três momentos de programação. Uma ao fim do mês, informando a programação dos próximos três meses, outra no dia interior informando a programação para o(s) próximo(s) dia(s) e, por fim, dentro do mesmo dia é possível mudar a programação até as 10h. Se nada foi informado para a concessionária, considerar-se-á programação igual a zero.

Contribuição não acatada.

Contudo, para garantir a programação do cliente, será incluída a cláusula 10.1.3 no contrato.

#### Contribuição 23

*" A NOTIFICAÇÃO explicitará as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), para cada DIA, levando em conta os seguintes requisitos de programação:*

*[...]*

*~~(d) Os mesmos valores informados ao COMERCIALIZADOR DE GÁS."~~*

#### Justificativa

*"A previsão imposta no item (d) como requisito de programação inviabiliza possível cenário de contratação de gás por mais de um agente comercializador. Vale ressaltar também que a QDC estabelecida com o comercializador, pode ser diferente da QDC do serviço de distribuição. Tal medida representa um entrave escusável, e, portanto, solicitamos supressão deste item."*

#### Resposta

Contribuição acatada.

#### Contribuição 24

*~~"10.3.1 Excepcionalmente, a A CONTRATANTE poderá solicitar, e a GASMIG poderá, a seu exclusivo critério de disponibilidade de SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO e a concordância do COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou TRANSPORTADOR, aceitar que a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) de determinado DIA seja superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) e a GASMIG somente poderá recusar em caso de comprovada indisponibilidade de capacidade. A eventual aceitação da GASMIG será específica e não importará em novação do Contrato."~~*

#### Justificativa

*"Considera-se fundamental que o contrato em discussão promova a maior flexibilização possível do serviço de distribuição, visando, sob a perspectiva do consumidor, atendimento de solicitações pontuais, e sob o aspecto do mercado, a sua maior dinamização e oportunidades de desenvolvimento para distintos produtos. Por outro lado, sob o aspecto da concessionária, faz-se essencial garantir a operacionalidade do seu sistema diante das diferentes solicitações e alterações de demanda. E, sob tal perspectiva, o objetivo é atendido ao permitir a recusa por parte da concessionária em caso de indisponibilidade operacional do seu sistema. O objetivo é permitir a adequação do contrato às condições de operação e de mercado do consumidor. Em adição, ressalta-se que não sejam impostas penalidades que dificultem ou impeçam o desenvolvimento de alternativas ao consumo superior à capacidade contratada. Com a previsão regulatória que impeça a obtenção de receita por penalidades, a concessionária terá todo incentivo para promover a otimização de sua capacidade, e consequentemente, o ajuste proposto vai de encontro com ambos interesses entre as partes."*

#### Resposta

A proposta está alinhada com o que a concessionária pratica no mercado cativo e com o que é praticado no serviço de transporte de gás. Além disso, a flexibilidade pleiteada pode gerar subsídios cruzados e custos adicionais para a concessionária e para o mercado.

Contribuição não acatada.

#### Contribuição 25

*"A QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA para um determinado DIA poderá ser alterada (aumentada ou diminuída) pela CONTRATANTE, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à GASMIG até as 08:00h (oito horas) 12:00h (doze horas) do DIA anterior ao DIA do fornecimento, usando o GASMIG ATENDE, observadas as condições estabelecidas no item 10.2.2.*

*10.4.1 Até as 16:00h (dezesseis horas) do DIA anterior ao DIA do fornecimento Em até 2h (duas horas) após solicitação do CONTRATANTE, a GASMIG, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à CONTRATANTE, usando o GASMIG ATENDE, deverá aceitar como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), que se enquadrem nos requisitos previstos no item 10.2.2, inicialmente estabelecidas nos termos do item 10.2 ou alteradas conforme item 10.4.*

*10.4.2 Caso a GASMIG não se pronuncie no prazo estipulado no item 10.4.1, considerar-se-á como aceita e confirmada tal programação, desde que se enquadre nos termos do item 10.2.2, para fins de definição da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) do correspondente DIA.*

*10.4.3 Caso as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) não se enquadrem nos termos do item 10.2.2 e só possam ser atendidas parcialmente, a GASMIG poderá informar as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade de GÁS até as 16:00h (dezesseis horas) do DIA anterior ao DIA do fornecimento para aceite da CONTRATANTE até às 17:00h (dezessete horas) do mesmo DIA.*

*10.4.3.1 Será considerada como QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) a última solicitação da CONTRATANTE que tenha se enquadrado nos termos do item 10.2.2, nos seguintes casos:*

*(i) a GASMIG ou a CONTRATANTE não se manifestem nos prazos estipulados no item 10.4; ou*

*(ii) a CONTRATANTE recuse as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) pela GASMIG."*

#### Justificativa

*"Conforme explicitado anteriormente, a flexibilização da contratação deve ser promovida, respeitando as limitações operacionais do sistema, a fim de desenvolver um mercado mais dinâmico. A possibilidade de alteração da programação vai ao encontro deste objetivo, e, concomitantemente às medidas regulatórias que impeçam a obtenção de receita por penalidades, promove incentivo para o uso otimizado da malha da concessionária. Dessa forma, a adequação contratual para atendimento de variações de consumo imprevisíveis, mantendo-se as condições operacionais, torna-se relevante. Neste sentido, solicita-se que ao usuário livre seja permitida a alteração até as 12:00 do dia operacional. E, pelo lado da concessionária, o prazo de duas horas após a solicitação para aceite é considerado suficiente para ajuste da programação de sua operação."*

#### Resposta

A troca de prazo, de 08:00 do dia anterior para 12:00 do dia vigente, poderá prejudicar o planejamento da concessionária com o transportador que estipula regras contratuais para a GASMIG. Ademais, a mudança abre margem para prejudicar o mercado. O mesmo vale para as alterações propostas para o item 10.4.1.

Quanto a supressão de parte do item 10.4.2, contribuição acatada.

Com relação a contribuição do item 10.4.3, cenários adversos alheios à vontade da concessionária podem comprometer o serviço de distribuição para o mercado. Para esses casos, a concessionária deve informar aos clientes o ocorrido.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 26

*"10.5 Havendo condições técnico-operacionais e acordo entre as PARTES, a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) poderá ser alterada para mais ou para menos, no decorrer do DIA, considerando-se a quantidade assim alterada como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA do referido DIA.*

*10.5.1 A solicitação de alteração da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) prevista no item 10.5 deverá ser realizada mediante NOTIFICAÇÃO até as 10:00h (dez horas) do DIA, usando o GASMIG ATENDE, contendo a nova QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS), devendo a GASMIG aceitar ou recusar a solicitação da CONTRATANTE até as 17:00h (dezessete horas) do mesmo DIA. A falta de resposta da GASMIG será considerada como não alteração das QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP).*

*10.5.2 Caso o TRANSPORTADOR e/ou o COMERCIALIZADOR DE GÁS não aceitem a solicitação de alteração da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) prevista no item 10.5, a GASMIG recusará automaticamente a nova QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS), independente da resposta do item 10.5.1."*

#### Justificativa

*"O ajuste do item anterior supre a previsão deste item, e, portanto, sugere-se a sua supressão."*

#### Resposta

Os itens 10.5 e 10.5.1 também estão incluídos em cláusulas para o mercado cativo conforme contrato de suprimento de gás firmado com transportador.



O item 10.5.2 permanece no contrato pois, se não há transporte ou molécula, não há consumo e não há o que se falar sobre serviço de distribuição. Para os casos em que a QDP for maior que a QDC, pode ocorrer de o transportador ou comercializador não acatarem o pedido. Nesses casos, não faz sentido a concessionária acatar.

Contribuição não acatada.

#### Contribuição 27

*“10.6 Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a disponibilização da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), por culpa da GASMIG, em determinado DIA, a GASMIG enviará até às 17:00h (dezessete horas) do DIA anterior, NOTIFICAÇÃO comunicando o fato à CONTRATANTE, e tal ocorrência será caracterizado FALHA DE FORNECIMENTO.”*

#### Justificativa

*“Trata-se de explícita caracterização de falha de fornecimento, e, portanto, deve estar explícita na previsão contratual, de modo a mitigar quaisquer eventuais objeções.”*

#### Resposta

Contribuição acatada.

#### Contribuição 28

*“10.7.2 As PARTES têm direito a efetuar PARADAS PROGRAMADAS de acordo com as seguintes regras:*

*[...]*

*~~(b) O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS do COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou TRANSPORTADOR não poderá exceder (i) 3 (três) DIAS por ANO e (ii) 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, caso interrompa totalmente a entrega de GÁS;~~*

*~~(c) O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS do COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou TRANSPORTADOR não poderá exceder 30 (trinta) DIAS por ANO, sendo que o volume reduzido deve ser limitado a no máximo 20% (vinte por cento) da média anual das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS, ou a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, caso não exista média anual apurada;~~*

*~~(d) (XX) O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS da GASMIG no SISTEMA DE MEDIÇÃO não poderá exceder 5 (cinco) DIAS a cada ANO; (i) 3 (três) DIAS por ANO e (ii) 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, caso interrompa totalmente a entrega de GÁS, sob pena de caracterização de FALHA NO FORNECIMENTO pela GASMIG;~~*

*~~(XX) O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS da GASMIG no SISTEMA DE MEDIÇÃO não poderá exceder 30 (trinta) DIAS por ANO, sendo que o volume reduzido deve ser limitado a no máximo 20% (vinte por cento) da média anual das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS, ou a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, caso não exista média anual apurada;~~*

*~~(e) (XX) O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS da CONTRATANTE não poderá exceder 5 (cinco) DIAS a cada ANO (i) 3 (três) DIAS por ANO e (ii) 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, caso interrompa totalmente a retirada de GÁS, sob pena de caracterização de retirada a menor pela CONTRATANTE.~~*

*~~(XX) O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS da CONTRATANTE não poderá exceder 30 (trinta) DIAS por ANO, sendo que o volume reduzido deve ser limitado a no máximo 20% (vinte por cento) da média anual das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS, ou a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, caso não exista média anual apurada.”~~*

#### Justificativa

*“Primeiramente, a imposição de obrigatoriedade sobre agentes comercializador e transportador é inviabilizada, uma vez que se tratam de agentes externos às partes do presente contrato. Dessa forma, sugere-se a retirada dos itens (b) e (c). Em segundo, a previsão de 5 dias de paradas programadas representa riscos excessivos a determinados agentes consumidores industriais que se utilizam do energético como um dos insumos principais de sua produção.*

*Dessa forma, sugere-se a possibilidade de até 3 dias de paradas programadas totais, ou até 30 dias com fornecimento mínimo, conforme texto ao lado. E, a mesma regra é proposta para o consumidor, de forma a manter o tratamento isonômico entre as partes. E, por fim, sugere-se a possibilidade de negociação entre as partes sobre este item, de forma a atender consumos específicos que não sejam atendidos por esta previsão, conforme sugestão do item seguinte.”*

#### Resposta

O termo “SISTEMA DE MEDIÇÃO” será alterado para “SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO”.

Contribuição acatada.

#### Contribuição 29

*“Inclusão de item:*

*10.7.XX Os limites das PARADAS PROGRAMADAS, conforme previsto no item 10.7.2, poderão ser alterados mediante comum acordo entre as PARTES.”*

#### Justificativa

*“Conforme explicitado anteriormente, a fixação de limite de paradas programadas pode representar elevados riscos de atendimento a determinados consumidores. Dessa forma, considera-se fundamental a possibilidade de alteração dos valores fixados, conforme negociação entre as partes.”*

**Resposta**

Contribuição acatada.

**Contribuição 30**

*“10.7.5 A data de início da PARADA PROGRAMADA da GASMIG ou da CONTRATANTE poderá ser postergada, ~~a exclusivo critério da GASMIG~~, desde que tal alteração seja solicitada mediante NOTIFICAÇÃO, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência da data de início da PARADA PROGRAMADA notificada nos termos do item 10.7.2(a). Caso as condições previstas acima não sejam observadas, a data originalmente notificada prevalecerá para todos os fins do presente CONTRATO, exceto na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no item 10.7.6.”*

**Justificativa**

*“A medida imposta por este item representa explícito tratamento anti-isonômico entre as partes, e, portanto, sugere-se a inclusão da possibilidade de alteração da data de início da parada programada por parte do consumidor.”*

**Resposta**

A sugestão traz equilíbrio entre o solicitante e a concessionária no que tange a parada programada. Contudo, apenas a parte solicitante pode postergar a data de início da parada programada. Dessa forma, a redação do item 10.7.5 será alterada.

Contribuição parcialmente acatada.

**Contribuição 31**

*~~“10.7.7 Os prazos estabelecidos no item 10.7.2(a) poderão ser reduzidos mediante acordo entre as PARTES”~~*

**Justificativa**

*“Tema abordado anteriormente. Acatada a sugestão anterior, sugere-se a supressão deste item.”*

**Resposta**

Como a contribuição 29 foi acatada, a manutenção do item 10.7.7 traz redundância.

Contribuição acatada.

**Contribuição 32**

*“CLÁUSULA 11 – PENALIDADES*

*11.2 Caso, em determinado DIA a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA seja inferior a 95% (noventa por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para esse DIA; a CONTRATANTE pagará à GASMIG, além do faturamento normal, penalidade por retirada a menor calculada pela seguinte fórmula:*

*Inserir item:*

*11.2.1 Caso a ocorrência de QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA a menor tenha sido decorrente por FALHA DE FORNECIMENTO, a penalidade prevista no item 11.2 não será aplicada.”*

**Justificativa**

*“A aplicação da penalidade por quantidade retirada a menor somente poderá ser aplicada em função da escolha pelo consumidor. Caso a retirada do volume pelo consumidor tenha sido impossibilitada por consequência da falha no fornecimento, o consumidor deve ser eximido do pagamento da penalidade.”*

**Resposta**

A QDP já estará revista em função de falha de fornecimento, conforme cláusula 10 do contrato.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 33**

*“11.3.1 No caso de FALHA NO FORNECIMENTO, a GASMIG pagará à CONTRATANTE uma penalidade diária, equivalente a 100% da TUSD sobre a QUANTIDADE FALTANTE, adicionado o ressarcimento pela molécula não entregue, calculada de acordo com a seguinte fórmula:*

$$P_{FF} = \del{0,10} 100\% \times QF \times T_{USD} + Valormolécula$$

*11.3.2 ~~Esta penalidade constitui a única penalização aplicável em caso de FALHA NO FORNECIMENTO, não tendo a GASMIG qualquer responsabilidade adicional, a qualquer título. Caberá à GASMIG o ressarcimento ao consumidor por eventuais penalidades incorridas em função da FALHA NO FORNECIMENTO.~~”*

**Justificativa**

*“A penalidade por falha no fornecimento deve representar medida de inibição de falhas da prestação do serviço ao contratante. Dessa forma, a valoração colocada conforme minuta proposta nesta Consulta Pública não reflete tal objetivo, visto que não cobre nem mesmo o custo da molécula não entregue. Além da molécula, os prejuízos da produção do consumidor industrial, que representa custo ainda maior, pela referida falha também não estão quantificados.”*

*Diante o exposto, sugere-se aplicação de penalidade de no mínimo 100% sobre a TUSD, adicionado o ressarcimento pela molécula não entregue. Eventuais penalidades ao consumidor, em função da referida falha no fornecimento, caberão à Gasmig o ressarcimento."*

#### Resposta

A redação proposta aumenta as penalidades sobre a concessionária. Além disso, impõe-se a necessidade de pagamento da parcela de molécula a qual não existe acesso ao valor. A manutenção da redação original já obriga a concessionária a arcar com quaisquer falhas de fornecimento.

Apesar disso, entende-se que o valor pago pela falha de fornecimento deve ser o mesmo daquele praticado para o mercado cativo, ou seja, de 13%. Logo, o valor de 0,10 na fórmula de cálculo será substituído por 0,13.

Contribuição não acatada.

#### Contribuição 34

*"11.4.1 Após a publicação pelo PODER CONCEDENTE da nova metodologia de cálculo das penalidades por erro de programação, tanto a maior, quanto a menor e de FALHA DE FORNECIMENTO, os parâmetros definidos pelo PODER CONCEDENTE serão aplicados automaticamente ao CONTRATO, ~~sem necessidade de Aditivo contratual, em substituição às cláusulas 11.1, 11.2 e 11.3, observado o item 11.4.2 com necessidade de Aditivo contratual explicitando novas regras de penalidade.~~"*

#### Justificativa

*"Considera-se importante a realização de aditivo contratual, de forma a explicitar as novas regras de aplicação de penalidades. Tal medida tem a finalidade de promover a atualização do contrato, conforme regras vigentes."*

#### Resposta

A proposta é válida, desde que a mudança da cláusula obedeça ao que for homologado pelo poder concedente.

Contribuição acatada.

#### Contribuição 35

*"CLÁUSULA 12 – MEDIÇÃO DO GÁS*

*12.4 A GASMIG informará, ~~a cada PERÍODO DE FATURAMENTO~~ diariamente, através de boletins disponibilizados no GASMIG ATENDE, os valores de PCS e os dados de QUANTIDADE MEDIDA entregue à CONTRATANTE em cada PONTO DE ENTREGA em base diária.*

*12.4.3 Caso a GASMIG e a CONTRATANTE necessitem dos dados de utilização de volumes entregues pela CONTRATANTE, devido a obrigações tributárias e/ou contratuais, a CONTRATANTE deverá enviar tais dados para a GASMIG usando o GASMIG ATENDE ou para a CONTRATANTE, até as 12:00h (doze horas) do 2º (segundo) DIA ÚTIL após o PERÍODO DE FATURAMENTO."*

#### Justificativa

*"Precisa informar diariamente para as ações de balanceamento do transporte e previsibilidade de consumo.*

*No mercado livre, o CONTRATANTE também assume compromisso fiscais e necessita receber os dados do volume faturado até o 2º (segundo) DIA ÚTIL após o PERÍODO DE FATURAMENTO."*

#### Resposta

Quanto ao item 12.4, a informação de medição de gás é disponibilizada em base diária, mas não todos os dias. Nada impede que o cliente instale medições por conta própria para acompanhamento ou para auditar a própria concessionária. Caso seja tecnicamente possível, a concessionária poderá ceder o sinal de medição ao cliente às custas dele.

A proposta de redação para o item 12.4.3 será acatada.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 36

*"14.5 Cobranças Objeto de Controvérsia.*

*14.5.2 Assim que for sanada a controvérsia, caso seja necessário, haverá devolução do valor cobrado a maior, com atualização monetária, quando legalmente possível, com base na variação do IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado, da Fundação Getúlio Vargas - FGV), e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, tudo "pro rata tempore" e considerando o período entre a data de pagamento do valor a maior e a da devolução. Incidirá, cumulativamente, multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por DIA sobre o valor corrigido. Caso o IGPM seja extinto, as PARTES acordarão um novo índice para atender ao mesmo fim."*

#### Justificativa

*"Sugere-se aplicação de regra sobre atualização do valor cobrado a maior."*

#### Resposta

Não existe essa prerrogativa caso o transportador ou supridor cometa algum erro para com a concessionária. Portanto, entende-se como inoportuna a redação proposta por não ser uma prática em vigor no mercado.

Contribuição não acatada.

#### Contribuição 37

**"CLÁUSULA 16 – DA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO**

16.5 Nos casos de ~~interrupção emergencial~~, CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, interrupções ocasionadas por terceiros e necessidade de interrupção do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO para atender à exigência de autoridades públicas, incluindo as hipóteses legais de contingenciamento de GÁS, a GASMIG, sempre que possível, comunicará à CONTRATANTE, e não incorrerá em qualquer responsabilização."

**Justificativa**

"Ao longo do documento, não houve qualquer definição do termo "interrupção emergencial", de forma a criar possibilidade de ações discricionárias por parte da concessionária de distribuição, e, em consequência, a eximi-la de qualquer culpa. Dessa forma, solicita-se a exclusão deste termo."

**Resposta**

Contribuição acatada.

**Contribuição 38****"CLÁUSULA 22 – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS ANTICORRUPÇÃO**

22.1. As PARTES ~~declaram, sob as penas da lei, que têm conhecimento da Lei nº 12.846/2013,~~

~~de 1º de agosto de 2013, comprometendo-se em não praticar qualquer dos atos lesivos à Administração Pública elencados no art. 5º; seus incisos e alíneas, no decorrer da execução do CONTRATO. Declaram, ainda, para os devidos fins, estarem cientes das penalidades previstas na referida legislação, além daquelas cominadas na legislação Penal, bem como em outras normas aplicáveis. se obrigam a (i) cumprir rigorosamente com todos os regulamentos e leis em vigor aplicáveis a si e suas atividades, em especial a Lei Anticorrupção Brasileira (Lei nº 12.846/13), Lei sobre Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/98) e o FCPA – "Foreign Corrupt Practices Act " (em conjunto, as "Leis Anticorrupção"); (ii) exercer suas atividades com integral observância ao mais alto padrão de ética; (iii) divulgar e orientar seus empregados, prepostos e representantes para que estes conheçam e cumpram suas respectivas Políticas éticas; caso não a tenham, que observem as Políticas da outra parte, disponíveis em seu site corporativo na internet.~~

22.1.1 Caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole o disposto nesta Cláusula 22, uma PARTE poderá notificar a outra PARTE que prontamente deverá responder, por escrito, detalhando a respeito da suspeita, indício ou confirmação da violação do disposto nesta Cláusula 22, por si, seus empregados, prepostos ou representantes.

22.1.2. O não cumprimento das obrigações descritas nesta cláusula ou os fundados indícios da prática de infrações penais consubstanciadas na legislação aplicável serão considerados uma infração grave a este Contrato e conferirá à Parte lesada o direito de rescindi-lo, imediatamente e independentemente de qualquer notificação prévia, sem a incidência de qualquer ônus, direito indenizatório ou penalidade eventualmente aplicável à PARTE lesada."

**Justificativa**

"Aprimoramento com regras de compliance."

**Resposta**

Não há óbice para a inclusão da Lei de lavagem de dinheiro. Entretanto, quanto as leis internacionais, não será acatada a inclusão, pois o próprio contrato deverá ser regido pelas normas brasileiras.

Contribuição parcialmente acatada.

**Contribuição 39****"Inclusão de Cláusula****CLÁUSULA XX – TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

XX.1 As PARTES concordam que, em relação aos dados pessoais de cada uma das PARTES, cumprirão integralmente as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 ("LGPD").

XX.2 Na eventual necessidade de se realizarem atividades de tratamento de dados pessoais em razão do presente CONTRATO, conforme definição da Lei, ambas as PARTES deverão adotar medidas de segurança (técnicas, jurídicas e administrativas), aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados ou de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se, tão logo entrem em vigor, os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD e em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor, especialmente a LGPD, sem prejuízo das disposições relativas ao sigilo, conforme previstas na Cláusula Vigésima Primeira deste CONTRATO.

XX.3 As PARTES deverão abster-se de compartilhar, conceder acesso ou realizar o tratamento de dados pessoais por sistemas, empregados ou prestadores de serviços para finalidades não relacionados ao presente CONTRATO. O tratamento de dados pessoais ocorrerá apenas e tão somente pelo tempo estritamente necessário à execução do presente CONTRATO, apenas por meio de sistemas, colaboradores e prestadores de serviços das PARTES que efetivamente tenham necessidade realizar o tratamento.

XX.4 As PARTES são responsáveis pelo uso indevido que seus representantes fizerem dos dados pessoais tratados no âmbito do presente CONTRATO, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento desses dados.

XX.5 As PARTES se comprometem, ainda, a observar e respeitar a LGPD não apenas em relação às atividades de tratamento de dados pessoais, mas também em relação a todas as demais obrigações estabelecidas pela referida LGPD.”

#### Justificativa

*“Inclusão de uma nova Cláusula versando sobre tratamento de dados pessoais – LGPD com a seguinte redação.”*

#### Resposta

Contribuição acatada, conforme contribuição 41.

### 3.3. Gasmig

#### Contribuição 40

“ANEXO 1 – PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DE RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

CLÁUSULA 1ª – DOS VALORES E DATA BASE

1.1 DATA BASE: XX de xxxxxxxx de 20XX.

1.2 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA: R\$XXXXXX (xx).

Valor referente ao pagamento à vista na DATA BASE estipulada no item 1.1.

CLÁUSULA 2ª – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. O CONTRATANTE pagará à CONCESSIONÁRIA recursos financeiros equivalentes à PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA indicada no item 1.2 deste ANEXO, e referida à DATA BASE indicada no item 1.1 acima, para cobrir os custos de investimento da parte não rentável da construção do ramal específico para fornecimento de GÁS ao CONTRATANTE.

2.2. A integralização da PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA pelo CONTRATANTE se dará conforme detalhado a seguir:

- pagamento em XX (xxxxxxxxxx) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$XXXXXXXX

(xx), vencendo-se a primeira parcela em 30 (trinta) dias corridos após NOTIFICAÇÃO da CONCESSIONÁRIA quanto ao INÍCIO DE FORNECIMENTO DE GÁS, com o valor corrigido pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado, da Fundação Getúlio Vargas - FGV) acumulado, entre a DATA BASE e a data em que se der o pagamento;

2.3. No caso dos pagamentos efetuados com atraso, o valor devido estará sujeito à atualização monetária, quando legalmente possível, com base na variação do IGP-M, e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, tudo pro rata tempore e considerando o período entre a data de pagamento e a do vencimento. Incidirá, cumulativamente, multa moratória de 0,33% (zero virgula trinta e três por cento) por dia de atraso sobre o montante atualizado.

2.4. Caso o IGP-M seja extinto, as partes acordarão um novo índice para atender ao mesmo fim. Caso a variação do IGP-M seja negativa no período, o índice de reajuste a ser utilizado (fator multiplicador) será igual a 1 (um).

2.5. O atraso no pagamento de qualquer documento de cobrança dará à CONCESSIONÁRIA o direito de suspender imediatamente o fornecimento de GÁS ao CONTRATANTE, após a sua notificação, sem prejuízo do disposto no item 2.3 e das penalidades e obrigações previstas no CONTRATO.

2.6. Os ativos imobilizados que compõe o projeto de implantação do fornecimento de GÁS, incluindo os equivalentes à PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA pelo CONTRATANTE, integra e pertence exclusivamente ao patrimônio da CONCESSIONÁRIA.”

#### Justificativa

*“3.1. Cláusula de participação financeira*

*Nos casos de novos clientes livres, onde a Gasmig realizará um novo investimento na rede de distribuição e apenas o consumo desse cliente, aplicada a TUSD da Gasmig não é suficiente para a adequada remuneração do ativo. Sendo assim, é necessária a cobrança da parcela não remunerada do ativo.*

*Outro caso em que essa cláusula poderá ser aplicada, seria a hipótese de um cliente que possua uma rede ainda não totalmente remunerada e deseje encerrar o contrato. O repasse desse custo adicional ao restante do mercado cativo não parece uma solução equilibrada. Sendo assim, caso o cliente tenha interesse de antecipar a resolução contratual, essa cláusula definiria o valor a ser pago e a forma de pagamento.*

*Sendo assim, sugerimos o anexo padrão para quando houver a necessidade de Participação Financeira.”*

#### Resposta

A inclusão proposta não deve ser abordada no contexto do contrato padrão de serviço de distribuição.

Contribuição não acatada.

#### Contribuição 41

“CLÁUSULA A - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

A.1. As Partes declaram que irão tratar dados pessoais em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18) e outras leis aplicáveis às atividades das Partes relacionadas à proteção de dados e privacidade e garantir que seus empregados, agentes e subcontratados também o façam.

A.2. As Partes garantem que todos os dados pessoais eventualmente compartilhados no âmbito deste Contrato foram obtidos legalmente de acordo com os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18) e que possuem o direito de tratá-los e de compartilhá-los com a outra Parte."

A.3. A Parte que der causa ao descumprimento da legislação e normas aplicáveis indenizará a outra parte contra qualquer responsabilidade, dano, prejuízo, custo, e despesas, incluindo, mas não se limitando, os devidos honorários advocatícios, as multas, e penalidades, ou custos investigativos relativos.

A.4. Na hipótese de término do presente Contrato e, ausente qualquer base legal para tratamento dos Dados Pessoais prevista na LGPD, as Partes comprometem-se a eliminar de seus registros e sistemas todos os Dados Pessoais a que tiveram acesso ou que porventura venham a conhecer ou ter ciência em decorrência dos serviços previstos no Contrato, responsabilizando-se por qualquer dano causado à outra Parte ou a qualquer terceiro."

#### Justificativa

"A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018, é a legislação brasileira que regula as atividades de tratamento de dados pessoais. Nesse caso, pode ser que a distribuidora e o cliente tenham que trocar algum dado de cunho pessoal. De modo a evitar um comportamento não condizente com a legislação, entende-se por bem incluir a seguinte cláusula."

#### Resposta

Contribuição acatada.

#### Contribuição 42

"Cláusula 7.3.2"

#### Justificativa

"Nessa cláusula informa que o valor do SPC, enquanto que na cláusula 7.3.3 indica VPCD. Nesse caso, sugerimos igualar as duas, ou utilizando SPC, ou VPCD.

Ainda nessa cláusula, há a definição do prazo em que o contratante deve notificar a Gasmig se deseja antecipar o valor a ser pago do VPCD. Contudo, o numeral apresentado é 10 e o valor por extenso é vinte. Sugerimos trocar o valor por extenso para dez."

#### Resposta

Quanto a alteração de numeral, ver contribuição 14.

Sobre a utilização dos termos SPC ou VPCD nas cláusulas 7.3.2 e 7.3.3, a alteração será feita para utilizar o VPCD.

Contribuição acatada.

#### Contribuição 43

"Cláusula 8.1.2" e "Cláusula 14.1"

#### Justificativa

"Substituir a palavra Cliente por Contratante" - Cláusula 8.1.2

"Nas definições da fórmula, está QM, enquanto que o correto, como a fórmula é QDR. Sugerimos substituir QM por QDR." - Cláusula 14.1

#### Resposta

Optou-se por unificar a resposta para as duas contribuições encaminhadas pela Gasmig.

Com relação à contribuição para a Cláusula 8.1.2, ver contribuição 15.

Já a sugestão para a cláusula 14.1, ela será incorporada.

Contribuições acatadas.

### 3.4. Gerdau

#### Contribuição 44

"VI. A CONTRATANTE ~~firmou~~ celebrou ou celebrará até o INÍCIO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO a compra e venda de GÁS com o um COMERCIALIZADOR DE GÁS, contrato de fornecimento de GÁS e que o mesmo não onera o MERCADO REGULADO da GASMIG, conforme a Resolução SEDE nº 17, de 09 de dezembro de 2013."

#### Justificativa

"Esse item do Considerando tem a finalidade de apontar a responsabilidade da Contratante em contratar o gás nos termos da Resolução SEDE e o entregar à Gasmig e a redação sugerida visa evidenciar que isso pode acontecer antes ou durante a negociação do contrato para serviço de distribuição, sendo certo, porém, que precisa já estar negociado até o início do serviço de distribuição."

**Resposta**

Ver contribuição 7.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 45**

*"VII. A CONTRATANTE firmou (ou irá firmar até o INÍCIO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO) com o TRANSPORTADOR ou COMERCIALIZADOR DE GÁS contrato de prestação de serviço de transporte que atende ao PONTO DE SAÍDA."*

**Justificativa**

*"Importante se ter a flexibilidade de, eventualmente, o contrato de transporte ainda estar sendo negociado em paralelo ao do serviço de distribuição e o relevante é que o mesmo esteja vigente no dia do início de fornecimento."*

**Resposta**

Ver contribuição 8.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 46**

*"1.1.18 INÍCIO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO: significa a data a partir da qual a GASMIG estará apta para iniciar o SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, conforme determina o CONTRATO. Essa data será confirmada pela GASMIG através de NOTIFICAÇÃO, nos termos estabelecidos no item 6.2."*

**Justificativa**

*"Inserir redação ao término do 1.1.18 para fazer referência direta ao item que regula o assunto."*

**Resposta**

Contribuição acatada.

**Contribuição 47**

*"3.3 Informar a medição de consumo de GÁS NATURAL, conforme as determinações da ANP e PODER CONCEDENTE, para o TRANSPORTADOR, COMERCIALIZADOR DE GÁS e a CONTRATANTE, com periodicidade horária."*

**Justificativa**

*"O Consumidor precisa ter acesso as medições horárias para ações de balanceamento do transporte e melhor previsibilidade das programações."*

**Resposta**

Ver contribuição 11.

Contribuição acatada.

**Contribuição 48**

*"3.4 – Garantir a calibração dos sistemas de medição de acordo com as melhores práticas internacionais.  
3.5 Obter e manter válidas todas as autorizações e licenças necessárias para a prestação de SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO.  
3.6 Informar à CONTRATANTE em caso de qualquer limitação ou interrupção do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO.  
3.7 Observar e respeitar todos os procedimentos e obrigações aplicáveis à GASMIG previstos neste CONTRATO e demais regulamentos do PODER CONCEDENTE.  
3.8 Observar e cumprir todos os procedimentos de segurança e qualificação para acesso à UNIDADE ATENDIDA."*

**Justificativa**

*"Inclusão de novos itens na Cláusula 3.*

*Estabelecimento de obrigações diversas para a Gasmig importantes para a articulação com as demais condições estabelecidas no contrato em outros pontos do contrato. Todas as previsões estão em linha com o praticado no mercado e o necessárias para o cumprimento de requisitos legais, como, por exemplo, o cumprimento das normas de segurança da unidade atendida."*

**Resposta**

A inclusão do item 3.5 é válida.

A inclusão do item 3.7 é válida, mas também será incluída na cláusula quatro denominada "obrigações da contratante".

A inclusão do item 3.6 é desnecessária e redundante, pois o contrato já prevê notificações entre as partes conforme cláusula décima nona.

As inclusões dos itens 3.4 e 3.8 são desnecessárias, pois estão contemplados na cláusula décima segunda do contrato de concessão.

Contribuição parcialmente acatada.

**Contribuição 49**

*"4.3.3 A CONTRATANTE declara estar ciente que o impedimento ao acesso livre, fácil e direto ao CMRP pela GASMIG e/ou terceiros por ela contratados e devidamente habilitados, desde que cumpridos os requisitos previstos no item 3.8, poderá:"*

**Justificativa**

*"Inclusão de referência direta ao item 3.8."*

**Resposta**

Ver contribuição 48.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 50**

*"6.2 A data exata de INÍCIO DO SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO será informada para a GASMIG pela CONTRATANTE com pelo menos 48 horas 30 DIAS de antecedência do vencimento de seu contrato com a concessionária, salvo se menor prazo for acordado entre as PARTES."*

**Justificativa**

*"Se torna indispensável que a contratante consiga ter uma previsibilidade razoável para se comprometer com o suprimento no ambiente de contratação livre."*

**Resposta**

Ver contribuição 13.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 51**

*"7.1.1 A TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO de que trata o item 7.1 desta cláusula refere-se ao seu valor líquido, para pagamento à vista, não estando nela incluídos quaisquer tributos (impostos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais federais, estaduais e municipais), "royalties" ou quaisquer outras tributações existentes ou que venham a ser criadas, e que sejam devidas em decorrência direta ou indireta, do presente CONTRATO ou de sua execução, os quais, se exigíveis da GASMIG, deverão ser discriminados nas faturas a serem apresentadas à CONTRATANTE e adicionados àqueles valores e/ou cobrados nas mesmas condições estabelecidas nesta cláusula: será acrescida de todos os tributos devidos, que serão considerados no momento do faturamento de acordo com as regras aplicáveis e alíquota vigente, e está sujeito a alteração de acordo com o estabelecido pelo PODER CONCEDENTE e legislação tributária aplicável, sendo certo que os tributos de qualquer natureza, que sejam devidos em decorrência direta deste CONTRATO ou de sua execução, são de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso."*

**Justificativa**

*"Sugestão de otimização da linguagem, que é usualmente adotada em contratos similares, e que visa, ao invés de exemplificar situações, apontar o conceito previsto na legislação."*

**Resposta**

Visando garantir a manutenção do que já é praticado pela SEDE ao informar o mercado, não se considera plausível alterar a redação da cláusula.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 52**

*9.2.1 As condições de fornecimento do GÁS no Ponto de Entrega da GASMIG são as apresentadas na seguinte tabela, onde as vazões são expressas nas CONDIÇÕES BASE:*

*[Incluir itens]*

*Vazão Instantânea Máxima = xxxx m<sup>3</sup>/h*

*Vazão Instantânea Mínima = xxxxx m<sup>3</sup>/h*

**Justificativa**

*"Sugere-se a inclusão dos valores de vazões instantâneas mínimas e máximas a serem calculados a partir das vazões máximas e mínimas do sistema de medição e faturamento."*

**Resposta**

Ver contribuição 18.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 53**

*"9.2.3 A Vazão Instantânea Máxima, nas CONDIÇÕES BASE, em qualquer momento, expressa em m<sup>3</sup>/h (METRO CÚBICO DE GÁS por hora), no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, será limitada a 100% da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), dividida por 24 (vinte e quatro) horas do limite técnico superior do sistema de medição."*

**Justificativa**



*"Ajustar redação em 9.2.3 e 9.2.4 para refletir que os processos industriais não são estáveis em 24 horas."*

**Resposta**

Ver contribuição 19.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 54**

*"9.2.4 A Vazão Instantânea Mínima, nas CONDIÇÕES BASE, em qualquer momento, expressa em m3/h (METRO CÚBICO DE GÁS por hora), no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, será igual a 1/24 (um vinte e quatro avos) da correspondente à Vazão Mínima do sistema de medição do PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, respectivamente."*

**Justificativa**

*"Sugere-se a inclusão dos valores de vazões instantâneas mínimas e máximas conforme os dados técnicos do sistema de medição e faturamento."*

**Resposta**

Ver contribuição 19.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 55**

*"9.3 Caso a GASMIG constate efetivo risco à segurança operacional do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, emitirá NOTIFICAÇÃO à CONTRATANTE informando tal fato, o embasamento técnico/operacional do mesmo e os seus impactos no SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, e a CONTRATANTE consequentemente estará obrigada a se adequar às condições da NOTIFICAÇÃO."*

**Justificativa**

*"Alterar redação em 9.3 para melhor explicitar a situação de segurança operacional."*

**Resposta**

A GASMIG poderá emitir a notificação com o embasamento técnico/operacional para riscos ao sistema de distribuição.

Contribuição acatada

**Contribuição 56**

*"10.1.2 Caso a CONTRATANTE não envie a NOTIFICAÇÃO, conforme item 10.1, a GASMIG ~~assumirá nenhuma~~ responsabilidade, a que título seja, de não entrega do GÁS deverá adotar a QDC."*

**Justificativa**

*"Na condição da falta de notificação da QDS pelo CONTRATANTE, sugere-se pela adoção da QDC."*

**Resposta**

Ver contribuição 22.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 57**

*"10.3.1 Excepcionalmente, a CONTRATANTE poderá solicitar, e a GASMIG poderá, a seu exclusivo critério de disponibilidade de SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO ~~e a concordância do COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou TRANSPORTADOR,~~ aceitar que a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) de determinado DIA seja superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC). A eventual aceitação da GASMIG será específica e não importará em novação do Contrato."*

**Justificativa**

*"O aceite ou não do Comercializador e do Transportador é uma relação bilateral independente da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) do Contrato de Serviço de Distribuição. Em ações de balanceamento, o transportador pode negar no dia, no entanto existem ações ex-post de balanceamento."*

**Resposta**

Ver contribuição 24.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 58**

*"10.4 A QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA para um determinado DIA poderá ser alterada (aumentada ou diminuída) pela CONTRATANTE, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à GASMIG até as ~~08:00h (oito horas)~~ 12:00h (doze horas) do DIA ~~anterior ao DIA~~ do fornecimento, usando o GASMIG ATENDE, observadas as condições estabelecidas no item 10.2.2.*

*10.4.1 ~~Até as 16:00h (dezesseis horas) do DIA anterior ao DIA do fornecimento~~ Em até 2h (duas horas) após solicitação do CONTRATANTE, a GASMIG, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à CONTRATANTE, usando o GASMIG ATENDE, deverá aceitar como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) as QUANTIDADES DIÁRIAS*

~~SOLICITADAS (QDS), que se enquadrem nos requisitos previstos no item 10.2.2, inicialmente estabelecidas nos termos do item 10.2 ou alteradas conforme item 10.4.~~

~~10.4.2 Caso a GASMIG não se pronuncie no prazo estipulado no item 10.4.1, considerar-se-á como aceita e confirmada tal programação, desde que se enquadre nos termos do item 10.2.2, para fins de definição da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) do correspondente DIA.~~

~~10.4.3 Caso as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) não se enquadrem nos termos do item 10.2.2 e só possam ser atendidas parcialmente, a GASMIG poderá informar as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade de GÁS até as 16:00h (dezesesseis horas) do DIA anterior ao DIA do fornecimento para aceite da CONTRATANTE até às 17:00h (dezesete horas) do mesmo DIA.”~~

#### Justificativa

*“Sugerimos que para o usuário livre deve ser permitida a alteração até as 12:00 do dia operacional, e prazo de duas horas após a solicitação para o aceite.*

*Não se enxerga prejuízo à concessionária a previsão de alteração destes horários.”*

#### Resposta

Ver contribuição 25.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 59

*“10.5.1 A solicitação de alteração da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) prevista no item 10.5 deverá ser realizada mediante NOTIFICAÇÃO até as ~~10:00h (dez horas)~~ 12:00h (doze horas) do DIA, usando o GASMIG ATENDE, contendo a nova QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS), devendo a GASMIG aceitar ou recusar a solicitação da CONTRATANTE até as ~~17:00h (dezesete horas)~~ 14:00h (quatorze horas) do mesmo DIA. A falta de resposta da GASMIG será considerada como não alteração das QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP).*  
*”*

*~~“10.5.2 Caso o TRANSPORTADOR e/ou o COMERCIALIZADOR DE GÁS não aceitem a solicitação de alteração da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) prevista no item 10.5, a GASMIG recusará automaticamente a nova QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS), independente da resposta do item 10.5.1.”~~*

#### Justificativa

*“Para o mercado livre, programação até 12:00 não traz prejuízo para Concessionária. Nos contratos públicos de molécula, como exemplo o NMG2, é possível programar até 12:00.*

*Retirada integral da cláusula 10.5.2. O aceite ou não do comercializador é uma relação bilateral independente da Gasmig.”*

#### Resposta

Ver contribuição 26.

Contribuição não acatada.

#### Contribuição 60

*“10.7.2 As PARTES têm direito a efetuar PARADAS PROGRAMADAS de acordo com as seguintes regras:*

*(...)*

*~~(b) O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS do COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou TRANSPORTADOR não poderá exceder (i) 3 (três) DIAS por ANO e (ii) 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, caso interrompa totalmente a entrega de GÁS;~~*

*~~(c) O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS do COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou TRANSPORTADOR não poderá exceder 30 (trinta) DIAS por ANO, sendo que o volume reduzido deve ser limitado a no máximo 20% (vinte por cento) da média anual das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS, ou a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, caso não exista média anual apurada;~~*

*~~(d) (XX) O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS da GASMIG no SISTEMA DE MEDIÇÃO não poderá exceder 5 (cinco) DIAS a cada ANO, (i) 3 (três) DIAS por ANO e (ii) 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, caso interrompa totalmente a entrega de GÁS, sob pena de caracterização de FALHA NO FORNECIMENTO pela GASMIG;~~*

*~~(XX) O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS da GASMIG no SISTEMA DE MEDIÇÃO não poderá exceder 30 (trinta) DIAS por ANO, sendo que o volume reduzido deve ser limitado a no máximo 20% (vinte por cento) da média anual das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS, ou a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, caso não exista média anual apurada;~~*

*~~(e) (XX) O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS da CONTRATANTE não poderá exceder 5 (cinco) DIAS a cada ANO (i) 3 (três) DIAS por ANO e (ii) 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, caso interrompa totalmente a retirada de GÁS, sob pena de caracterização de retirada a menor pela CONTRATANTE.~~*

*~~XX) O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS da CONTRATANTE não poderá exceder 30 (trinta) DIAS por ANO, sendo que o volume reduzido deve ser limitado a no máximo 20% (vinte por cento) da média anual das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS, ou a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, caso não exista média anual apurada.”~~*

**Justificativa**

*"Não cabe ao presente contrato regular sobre as paradas programadas dos agentes externos que não assinam o presente instrumento. Dessa forma, sugere-se a retirada dos itens (b) e (c).*

*A previsão de 5 dias de paradas programadas representa riscos excessivos, devendo ser alterada para a possibilidade de até 3 dias de paradas programadas totais, ou até 30 dias com fornecimento mínimo, conforme texto ao lado. As previsões de parada programada devem ser iguais, de forma a manter o tratamento isonômico entre as partes.*

*E, por fim, sugere-se a possibilidade de negociação bilateral sobre este item, de forma a atender consumos específicos dos processos industriais que não sejam atendidos por esta previsão, conforme sugestão do item seguinte."*

**Resposta**

Ver contribuição 28.

Contribuição acatada.

**Contribuição 61**

*"10.7.XX Os limites das PARADAS PROGRAMADAS, conforme previsto no item 10.7.2, poderão ser alterados mediante comum acordo entre as PARTES."*

**Justificativa**

*"Considerando a relevância da parada programada dentro do sistema como um todo, importante existir previsão de alteração dos limites estabelecidos, desde que acordado entre as partes."*

**Resposta**

Ver contribuição 29.

Contribuição acatada.

**Contribuição 62**

*"10.7.5 A data de início da PARADA PROGRAMADA da GASMIG ou da CONTRATANTE poderá ser postergada, ~~a~~ exclusivo critério da GASMIG, desde que tal alteração seja solicitada mediante NOTIFICAÇÃO, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência da data de início da PARADA PROGRAMADA notificada nos termos do item 10.7.2(a). Caso as condições previstas acima não sejam observadas, a data originalmente notificada prevalecerá para todos os fins do presente CONTRATO, exceto na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no item 10.7.6."*

**Justificativa**

*"Sugestão de alteração para se manter o tratamento isonômico entre as partes."*

**Resposta**

Ver contribuição 30.

Contribuição parcialmente acatada.

**Contribuição 63**

*"10.7.7 Os prazos estabelecidos no item 10.7.2(a) poderão ser reduzidos mediante acordo entre as PARTES."*

**Justificativa**

*"Sugestão de exclusão em harmonia com o tema anterior."*

**Resposta**

Ver contribuição 31.

Contribuição acatada.

**Contribuição 64**

*"11.3.1 No caso de FALHA NO FORNECIMENTO, a GASMIG pagará à CONTRATANTE uma penalidade diária calculada de acordo com a seguinte fórmula:*

*PFF = ~~0,10~~ x QF x TUSD"*

**Justificativa**

*"Sugestão de alteração da fórmula para que a penalidade diária calculada seja igual à TUSD. Entendemos que o percentual da redação original é baixo e acaba não tendo o efeito desejado."*

**Resposta**

Ver contribuição 33.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 65**

~~"11.3.2 Esta penalidade constitui a única penalização aplicável em caso de FALHA NO FORNECIMENTO, não tendo a GASMIG qualquer responsabilidade adicional, a qualquer título.~~

~~A responsabilidade da GASMIG não será limitada ao disposto quando decorrente:~~

~~(i) de violação da legislação ambiental, regulatória emanada de agências reguladoras, fiscal, trabalhista, previdenciária, anticorrupção e de proteção de dados pessoais, incluindo o pagamento de tributos, sanções ou penalidades aplicadas por autoridade governamental, desde que haja nexo de causalidade com o dano; e~~

~~(ii) de dolo, que seria a ação ou omissão com intenção de causar dano a pessoas, propriedade ou ao meio ambiente."~~

#### Justificativa

"Sugestão de inclusão de hipóteses na qual a Gasmig poderá ser responsabilizada adicionalmente.

As sugestões inseridas estão em linha com o usualmente adotado no mercado.

As exceções à limitação de responsabilidade incluídas neste item compreendem apenas duas hipóteses: a de descumprimento da legislação vigente, em diferentes matérias, e a intenção em causar dano à contratante (dolo)."

#### Resposta

As sugestões inseridas não estão em linha com o usualmente adotado no mercado de gás natural. Os contratos de suprimento, a título de exemplo, não contêm essa obrigação. As responsabilidades extracontratuais não devem estar contidas no instrumento, pois isso traria um desequilíbrio na cadeia de fornecimento de gás natural em desfavor da distribuidora. Portanto, adota-se a isonomia com o mercado cativo.

Contribuição não acatada.

#### Contribuição 66

~~"12.4 A GASMIG informará, a cada PERÍODO DE FATURAMENTO diariamente, através de boletins disponibilizados no GASMIG ATENDE, os valores de PCS e os dados de QUANTIDADE MEDIDA entregue à CONTRATANTE em cada PONTO DE ENTREGA em base diária."~~

#### Justificativa

"Importante o CONTRATANTE ter acesso diário aos valores de PCS e os dados de QUANTIDADE MEDIDA para melhor previsibilidade da programação as ações de balanceamento do transporte."

#### Resposta

Ver contribuição 35.

Contribuição não acatada.

#### Contribuição 67

~~"12.4.3 Caso a GASMIG e a CONTRATANTE necessite dos dados de utilização de volumes entregues pela CONTRATANTE, devido a obrigações tributárias e/ou contratuais, a CONTRATANTE deverá enviar tais dados para a GASMIG usando o GASMIG ATENDE, até as 12:00h (doze horas) do o 1º 2º (primeiro) DIA ÚTIL após o PERÍODO DE FATURAMENTO."~~

#### Justificativa

"No mercado livre, a CONTRATANTE também assume compromisso fiscais e necessita receber os dados do volume faturado até o 1º (primeiro) DIA ÚTIL após o PERÍODO DE FATURAMENTO."

#### Resposta

Ver contribuição 35.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 68

~~"13.3 Caso seja identificado o GÁS fora de especificação, conforme Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente, no PONTO DE SAÍDA, tais desconformidades, se constatadas no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, a GASMIG não poderá ser responsabilizada."~~

#### Justificativa

"Harmonização com os itens 13.2 e 13.2.1 evidenciando a possibilidade de alteração normativa."

#### Resposta

Contribuição acatada.

#### Contribuição 69

~~"15.2 Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos desta CLÁUSULA 15 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:~~

~~(...)~~

*(c) qualquer evento que afete o cumprimento das obrigações de qualquer contrato celebrado pela GASMIG ou a CONTRATANTE com terceiros referente ao transporte e/ou à compra e venda de GÁS NATURAL, necessário ao fornecimento do GÁS objeto do CONTRATO, e que seja comprovadamente caracterizado como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, conforme definido nesta CLÁUSULA 15 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.”*

**Justificativa**

*“Sugestão de inclusão para manter a isonomia entre as partes.”*

**Resposta**

Contribuição acatada.

**Contribuição 70**

*“15.3 Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos:*

*(...)*

*~~(c) qualquer prejuízo acidental, quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus contratados, subcontratados, fornecedores e TRANSPORTADOR ou usuários, exceto se a PARTE AFETADA comprovadamente tenha tomado todas as medidas possíveis para evitar tal prejuízo acidental.”~~*

**Justificativa**

*“Excluir a letra (c) do 15.3 para harmonizar com o ajuste acima da cláusula 15.2.”*

**Resposta**

Para evitar questionamentos jurídicos e ampla gama de interpretações, a redação será mantida.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 71**

*“16.4 O SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO poderá ser suspenso toda vez que a GASMIG verificar a necessidade de manutenção emergencial necessária para continuidade da prestação de serviço de distribuição devendo a mesma, técnica de manutenção, ampliação e modificação de obras e instalações da rede de distribuição de GÁS, mediante aviso prévio, comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 horas, sendo a mesma passível de penalidade por falha no fornecimento, a depender do fato causador.”*

**Justificativa**

*“Importante esclarecer que a Gasmig não pode de forma discricionária decidir por suspender o fornecimento sem causa justificada pelo impacto e possível dano físico às instalações do cliente.”*

**Resposta**

Via de regra, manutenções emergenciais (como sugerido) não são possíveis de serem comunicadas com antecedência mínima de 48 horas (o que seria, teoricamente, uma parada programa). A cláusula original da GASMIG permite suspender o fornecimento quando de expansões do gasoduto que, se realizadas em carga, podem ser mais onerosas que com a suspensão de fornecimento de algum(ns) cliente(s).

Alternativamente, o texto será melhorado para incluir a justificativa da necessidade de manutenção emergencial.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 72**

*“16.5 Nos casos de interrupção emergencial não causadas por ação ou omissão direta ou indireta da GASMIG, CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR; interrupções ocasionadas por terceiros e necessidade de interrupção do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO para atender à exigência de autoridades públicas, incluindo as hipóteses legais de contingenciamento de GÁS, a GASMIG, sempre que possível, comunicará à CONTRATANTE, e não incorrerá em qualquer responsabilização.”*

**Justificativa**

*“Sendo essa disposição para regular situações em que a Gasmig não incorrerá em qualquer responsabilização, se torna relevante melhor delimitar quais seriam os eventos. Não parece razoável que eventual interrupção emergencial que venha a ser causada por culpa direta da Gasmig figure em tal situação, assim como interrupções que venham a ser causadas por terceiros, os quais podem vir a ser até contratados da própria Gasmig.”*

**Resposta**

Ver contribuição 37.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 73**

*“CLÁUSULA XX – TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS*

*XX.1 As PARTES concordam que, em relação aos dados pessoais de cada uma das PARTES, cumprirão integralmente as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (“LGPD”).*

XX.2 Na eventual necessidade de se realizarem atividades de tratamento de dados pessoais em razão do presente CONTRATO, conforme definição da Lei, ambas as PARTES deverão adotar medidas de segurança (técnicas, jurídicas e administrativas), aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados ou de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se, tão logo entrem em vigor, os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD e em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor, especialmente a LGPD, sem prejuízo das disposições relativas ao sigilo, conforme previstas na Cláusula Vigésima Primeira deste CONTRATO.

XX.3 As PARTES deverão abster-se de compartilhar, conceder acesso ou realizar o tratamento de dados pessoais por sistemas, empregados ou prestadores de serviços para finalidades não relacionados ao presente CONTRATO. O tratamento de dados pessoais ocorrerá apenas e tão somente pelo tempo estritamente necessário à execução do presente CONTRATO, apenas por meio de sistemas, colaboradores e prestadores de serviços das PARTES que efetivamente tenham necessidade realizar o tratamento.

XX.4 As PARTES são responsáveis pelo uso indevido que seus representantes fizerem dos dados pessoais tratados no âmbito do presente CONTRATO, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento desses dados.

XX.5 As PARTES se comprometem, ainda, a observar e respeitar a LGPD não apenas em relação às atividades de tratamento de dados pessoais, mas também em relação a todas as demais obrigações estabelecidas pela referida LGPD."

#### Justificativa

"Redação retirada da Cláusula Décima Oitava da minuta do Contrato De Uso De Serviço De Distribuição da DELIBERAÇÃO ARSESP N° 1.171, de 25 de junho de 2021."

#### Resposta

Ver contribuição 41.

Contribuição não acatada.

### 3.5. Petrobras

#### Contribuição 74

"o Decreto nº 10.712/2021, que regulamenta a Lei nº 14.134/2021, de 8 de abril de 2021, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição, e sobre as atividades de escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de GÁS NATURAL.

nos termos do artigo 25, parágrafo 2º da Constituição Federal e do artigo 10º, inciso VIII, da Constituição do Estado de Minas Gerais, cabe ao Estado de Minas Gerais, diretamente ou mediante concessão, explorar os serviços locais de gás canalizado em seu território, na forma da lei.

a GASMIG é a Concessionária dos Serviços de Distribuição de Gás Canalizado no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 2º do artigo 25 da Constituição Federal e na Lei Estadual nº 11.021, de 11 de janeiro de 1993 que autorizou sua constituição.

foi aprovada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico a Resolução SEDE nº 17, de 09 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as regras para criação do mercado livre na área de concessão de ~~gás canalizado~~ GÁS NATURAL do Estado de Minas Gerais e as condições gerais de acesso à prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO ~~de gás canalizado, no Estado de Minas Gerais, para a movimentação de GÁS ao~~ CONSUMIDOR LIVRE, AUTOIMPORTADOR e AUTOPRODUTOR no Estado."

#### Justificativa

"Aplicação dos exatos termos constantes da ementa da Resolução SEDE nº 17/2013."

#### Resposta

As sugestões serão incorporadas ao contrato, com exceção do termo "GÁS NATURAL".

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 75

"A CONTRATANTE utiliza seu próprio GÁS na modalidade de Autoimportação/Autoprodução ou firmou com o COMERCIALIZADOR DE GÁS contrato de fornecimento de GÁS e que o mesmo não onera o MERCADO REGULADO da GASMIG, conforme observando os termos da Resolução SEDE nº 17, de 09 de dezembro de 2013."

#### Justificativa

"O presente item só será aplicável às hipóteses em que o contratante é um Consumidor Livre, visto que em relação aos Autoprodutores e Autoimportadores não há que se falar em contrato de comercialização."

#### Resposta

No presente momento, não é razoável que o cliente que optar por ficar no mercado regulado seja onerado.

Contribuição parcialmente acatada.

**Contribuição 76**

"A CONTRATANTE, ou terceiro por ela indicado, firmou com o TRANSPORTADOR ~~ou COMERCIALIZADOR DE GÁS~~ contrato de prestação de serviço de transporte que atende ao PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA."

**Justificativa**

"Não obstante o Comercializador possa ser responsável pela contratação do serviço de transporte, comprometendo-se a transferir a propriedade do gás para o adquirente (consumidor livre) após o transporte, não há que se falar em contratação de serviço de transporte com o Comercializador, pois em alguns casos o próprio consumidor livre pode ser o carregador de seu gás. Em uma rápida consulta à página da ANP (<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/movimentacao-estocagem-e-comercializacao-de-gas-natural/acompanhamento-do-mercado-de-gas-natural/autorizacao-e-registro-de-agentes>) é possível verificar que diversos consumidores já estão autorizados como carregadores de gás. Ademais, verifica-se que a Resolução SEDE nº 17/2013 utiliza o termo Ponto de Recepção (e não Ponto de Saída)."

**Resposta**

Contribuição acatada.

**Contribuição 77**

"as alterações promovidas pela Resolução SEDE nº 32, de 28 de junho de 2021, que altera a Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, e a Resolução SEDE nº 18, de 9 de dezembro de 2013, estabelece que a concessionária deverá se utilizar de contrato padronizado de distribuição de gás para atendimento aos CONSUMIDORES LIVRES, AUTOIMPORTADORES e AUTOPRODUTORES."

**Justificativa**

"O artigo 2º da Resolução SEDE nº 17/2013 define Contrato de Serviço de Distribuição como "contrato firmado entre a concessionária e o consumidor livre, o autoimportador ou o autoprodutor para a prestação do serviço de distribuição, disciplinando os direitos e obrigações entre as partes". Deste modo, observamos que a determinação normativa abarca o contrato a ser celebrado não só com o Consumidor Livre, como também com o Autoprodutor ou Autoimportador.

As PARTES, entre si, têm justo e acordado celebrar o presente CONTRATO, que será regido pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente."

**Resposta**

Contribuição acatada.

**Contribuição 78**

"CLÁUSULA 1 – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE TERMOS

Neste CONTRATO, sempre que grafados em maiúsculas, seja no singular ou no plural, os termos abaixo terão as definições que lhes são atribuídas nesta Cláusula:

1.1.1 AFILIADA: para fins do presente CONTRATO, com relação a qualquer PARTE, significa qualquer pessoa física ou jurídica residente ou com sede no Brasil ou no exterior que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada pela PARTE; (ii) controle, direta ou indiretamente, tal PARTE; (iii) seja, direta ou indiretamente, controlada por qualquer pessoa que controle, direta ou indiretamente, tal PARTE. Para os fins deste item, Controle significa, em uma sociedade ou outra forma de organização comercial, (i) titularidade direta ou indireta de mais de 50% (cinquenta por cento) dos direitos de voto e (ii) o poder de orientar ou determinar a orientação da administração ou políticas;

1.1.2 ANO: significa para o primeiro ANO um período que começa no DIA do INÍCIO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO e termina no último DIA do mês de dezembro do ano em questão. Para o último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO. Para os demais anos começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA do mês de dezembro do mesmo ano.

1.1.1.1.3.1.2 ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás, biocombustíveis e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 ou qualquer outra entidade que, por força de lei ou regulamentação, venha a substituí-la no futuro."

**Justificativa**

"Considerando que as atribuições da ANP são outorgadas por meio de lei em sentido estrito (Lei nº 9.478/1997), somente outra norma de igual ou superior hierarquia estará apta a alterar tais atribuições. Deste modo, sugerimos a exclusão assinalada."

**Resposta**

Não há no contrato nenhum termo que remete a "afiliada", logo, não faz sentido a definição do termo no contrato.

Quanto a definição da ANP, a redação será alterada.

Contribuição parcialmente acatada.

**Contribuição 79**

“1.1.4 AUTOIMPORTADOR: sociedade ou consórcio autorizado para a importação de gás natural que utiliza parte ou a totalidade do produto importado como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais.

1.1.5 AUTOPRODUTOR: sociedade ou consórcio explorador e produtor de gás natural que utiliza parte ou a totalidade de sua produção como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais.

1.1.9-1.1.3 CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: significa qualquer evento que se enquadre nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, observado o disposto na Cláusula 15 deste Contrato.”

#### Justificativa

“Considerando que o presente instrumento disciplina as questões relativas à ocorrência de caso fortuito ou força maior, incluímos nesta definição a referência à respectiva cláusula.”

#### Resposta

As definições de autoimportador e autoprodutor devem ser as mesmas que constam nas Resoluções SEDE nº 17/2013, nº 18/2013 e nº 32/2021.

Com relação a sugestão para caso fortuito ou força maior, a redação será alterada.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 80

“1.1.10 1.1.7 COMERCIALIZADOR DE GÁS: empresa ou consórcio de empresas autorizadas a exercer a atividade de compra e venda de GÁS NATURAL responsável por disponibilizar a molécula de GÁS no sistema de transporte que atende ao PONTO DE SAÍDA para o consumo do CONTRATANTE agente da indústria do GÁS NATURAL que detém a propriedade de volume de GÁS NATURAL, registrado e autorizado pela ANP para exercer a atividade de comercialização de GÁS NATURAL, ressalvada a atividade de distribuição de GÁS NATURAL, nos termos do § 2º do art. 25 da Constituição Federal.”

#### Justificativa

“Sugerimos adotar a definição de agente vendedor, constante da Resolução ANP nº 52/2011.”

#### Resposta

A definição de comercializador de gás deve ser a mesma que consta nas Resoluções SEDE nº 17/2013, nº 18/2013 e nº 32/2021.

Contribuição não acatada.

#### Contribuição 81

“1.1.12 1.1.9 CONDIÇÕES DE ENTREGA: significam as condições de disponibilização do GÁS pelo TRANSPORTADOR CONTRATANTE, ou por quem este vier a indicar, à GASMIG e pela GASMIG à UNIDADE ATENDIDA, conforme CLÁUSULA 8 – PONTO DE ENTREGA DA GASMIG e PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA.”

#### Justificativa

“Sugerimos tal alteração pois podem haver modelagens contratuais em que um terceiro (como o comercializador, por exemplo) é responsável por contratar o transporte de gás.”

#### Resposta

Contribuição acatada.

#### Contribuição 82

“1.1.13 CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: correspondem à temperatura de 20 °C (vinte graus Celsius), à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil trezentos e vinte e cinco Pascal) e ao Poder Calorífico de Referência (PCR).”

“1.1.27. 1.1.23 PARADA PROGRAMADA: correspondem a situações transitórias, previstas e comunicadas mediante NOTIFICAÇÃO com antecedência conforme item 10.7, que resultem em redução, total ou parcial, no fornecimento na entrega, ou no recebimento de GÁS, ou no SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, para fins de manutenção ou reparo, técnica ou legalmente recomendada, em equipamentos ou condutos vinculados: a) à infraestrutura de entrega do GÁS pelo COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou TRANSPORTADOR CONTRATANTE, ou por quem este indicar, e/ou no SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO da GASMIG; b) às infraestrutura de recebimento do GÁS pela instalações do CONTRATANTE.”

“1.1.32 PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR): significa o PCS de 9.400 kcal/m³ (nove mil e quatrocentas quilocalorias por METRO CÚBICO).

1.1.33 1.1.28 PODER CALORÍFICO SUPERIOR: significa a quantidade de energia liberada, na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO até o primeiro algarismo inteiro. Sua unidade de medida será kcal/m³ (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO DE GÁS). Para conversão de unidades, será considerado 1 CALORIA igual a 4,1855 Joules. Sua apuração ocorrerá no PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA DA GASMIG.



~~1.1.34 1.1.29~~ **PODER CONCEDENTE:** o Estado de Minas Gerais, que nos termos do parágrafo 2º, do artigo 25 da Constituição Federal de 1988, possui competência para prestar explorar os serviços públicos locais de distribuição de GÁS canalizado, diretamente, ou mediante concessão, por meio de órgão por ele designado na forma da lei, vedada a edição de medida provisória.

#### Justificativa

*“Considerando a expressa referência ao dispositivo da Constituição Federal, entendemos que a presente definição deve refletir os seus exatos termos, sem inovações.”*

#### Resposta

A troca do termo “condições base” para “condições de referência” não agrega em nada ao contrato.

As demais sugestões serão incorporadas ao contrato; porém, a definição de poder concedente será a mesma que consta nas Resoluções SEDE nº 17/2013, nº 18/2013 e nº 32/2021.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 83

~~1.1.36 1.1.31~~ **PONTO DE SAÍDA** **PONTO DE RECEPÇÃO:** significa o local onde é disponibilizado o GÁS para a GASMIG através de conexão ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO o flange de conexão entre o conjunto de instalações, incluindo o sistema de medição, localizadas junto ao gasoduto de transporte, necessárias para disponibilizar o GÁS à DISTRIBUIDORA e o SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, que é local onde é disponibilizado o GÁS para a DISTRIBUIDORA através de conexão ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO.

#### Justificativa

*“Sugerimos que o presente instrumento adote as mesmas nomenclaturas e definições constantes da Resolução SEDE nº 17/2013, de forma a dar maior segurança jurídica às futuras contratações. Nesse sentido, verificamos que a citada norma não prevê o termo “Ponto de Saída”, mas sim “Ponto de Recepção”, definido como “local onde é disponibilizado o gás para a concessionária através de conexão ao sistema de distribuição”.*

#### Resposta

Contribuição acatada.

#### Contribuição 84

~~1.1.37 1.1.32~~ **QUANTIDADE CAPACIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC-CD):**

*significa a ~~quantidade~~ capacidade diária de distribuição de GÁS, nas CONDIÇÕES BASE, definida no item 6.1.*

~~1.1.38 1.1.33~~ **QUANTIDADE CAPACIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP-CDP):** *significa a ~~quantidade~~ capacidade de distribuição de GÁS, nas CONDIÇÕES BASE DE REFERÊNCIA, que a GASMIG tenha programado para colocar à disposição da CONTRATANTE no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, em determinado DIA, medida em METRO CÚBICO DE GÁS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme previsto CLÁUSULA 10 – PROGRAMAÇÃO E PARADAS PROGRAMADAS.*

~~1.1.40 1.1.35~~ **QUANTIDADE CAPACIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDSCDS):** *significa a ~~quantidade~~ capacidade de distribuição de GÁS, nas CONDIÇÕES BASE, solicitada pela CONTRATANTE à GASMIG para ser colocada à disposição no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, em determinado DIA, medida em METRO CÚBICO DE GÁS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme previsto na CLÁUSULA 10 – PROGRAMAÇÃO E PARADAS PROGRAMADAS.*

~~1.1.41 1.1.36~~ **QUANTIDADE FALTANTE:** *significa o volume de GÁS em METROS CÚBICOS DE GÁS nas CONDIÇÕES BASE DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO para número inteiro calculada conforme item 11.3.*

~~1.1.42~~ **RAMAL DEDICADO:** *aquele construído pela GASMIG ou pelo CONTRATANTE, utilizado para abastecer, especificamente, a UNIDADE ATENDIDA diretamente conectada ao transportador, UPGN, terminal de GNL, ou a outras fontes de suprimento devidamente autorizadas pela ANP.”*

#### Justificativa

*“Sugerimos a inclusão de Ramal Dedicado, pois há casos em que não há atendimento pela malha da distribuidora, mas apenas um único duto dedicado ao atendimento exclusivo de um único cliente que parte diretamente da fonte de suprimento.”*

#### Resposta

O termo “quantidade” será alterado para “capacidade”, no que couber, em todo o contrato.

Quanto a sugestão de alteração do termo “condições base”, ver contribuição 82.

Já para a criação do termo “ramal dedicado”, ele faz parte da malha de distribuição da concessionária.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 85

~~1.1.45 1.1.39~~ **SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO:** *significa a prestação de serviços de acesso, de uso, operação e manutenção do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, bem como a movimentação de quantidade de GÁS canalizado pela GASMIG do PONTO DE SAÍDA RECEPÇÃO até o PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, disciplinado por meio do presente CONTRATO.*

1.1.46 1.1.40 SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO: significa as redes gerais, ramais de distribuição e demais equipamentos e instalações operadas pela GASMIG, necessários à prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, situado entre o PONTO DE SAÍDA RECEPÇÃO e o PONTO DE ENTREGA DA GASMIG.

1.1.47 1.1.41 TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO (TUSD): ~~significa o valor da tarifa cobrada~~ cobrada pela GASMIG referente à prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, conforme ~~definido~~ definida pelo PODER CONCEDENTE.

1.1.48 1.1.42 TRANSPORTADOR: empresa ou consórcio de empresas autorizados a exercer a atividade de transporte de gás natural, responsável pelo PONTO DE SAÍDA RECEPÇÃO;

1.1.49 1.1.43 UNIDADE ATENDIDA: [A SER PREENCHIDA NO CASO CONCRETO].

1.1.50 VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR): significa a indenização pela resolução antecipada do Contrato, definida conforme Cláusula ~~Erro! Fonte de referência não encontrada.~~ 17.4."

#### Justificativa

"Sugerimos a inclusão do texto acima, de modo a deixar claro na minuta que a identificação da Unidade da Contratante a ser atendida será estabelecida no caso concreto."

#### Resposta

Com relação a sugestão de alteração do termo "ponto de saída" para "ponto de recepção", ver contribuição 83.

Sobre a alteração textual do item que trata a TUSD, o termo "definido" será trocado por "definida".

Quanto aos termos "unidade atendida", o termo já se encontra definido no contrato.

Já a definição de "valor de indenização da Resolução", a sua inserção não agrega ao contrato.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 86

##### "CLÁUSULA 2 – OBJETO

2.1 O presente CONTRATO tem por objeto a prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO de GÁS NATURAL canalizado pela GASMIG à CONTRATANTE, para atendimento à UNIDADE ATENDIDA, utilizando o SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, em conformidade com a ~~QUANTIDADE-CAPACIDADE~~ DIÁRIA CONTRATUAL (QCD) e condições ora estabelecidas. "

##### CLÁUSULA 3 – OBRIGAÇÕES DA GASMIG

3.4 A GASMIG assegura que, enquanto tiver o GÁS sob sua custódia, empregará as melhores práticas da indústria do GÁS NATURAL, internacionalmente aceitas, prestando os serviços previstos neste CONTRATO com eficiência e mantendo os padrões de qualidade, segurança e proteção ambiental."

##### CLÁUSULA 4 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 Efetuar os pagamentos devidos à GASMIG pelos ~~serviços~~ SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO prestados, conforme definido neste CONTRATO.

4.3.4 A CONTRATANTE obriga-se a zelar para que o CMRP fique livre de qualquer dano causado por si ou por seus prepostos, obrigando-se ainda a ressarcir eventuais prejuízos que vier a causar, por si ou por seus prepostos, nos materiais e componentes que integram o citado conjunto.

4.3.3 A CONTRATANTE declara estar ciente que o impedimento desmotivado ao acesso livre, fácil e direto ao CMRP pela GASMIG e/ou terceiros por ela contratados e devidamente habilitados, poderá:

i. impossibilitar o atendimento pela GASMIG de ocorrências de vazamentos de GÁS e bloqueio de equipamentos;

ii. impossibilitar a realização pela GASMIG de manutenção preventiva e corretiva do CMRP;

iii. resultar na indisponibilidade dos dados remotos de medição e de monitoramento.

4.3.4 Caso seja impedido, sem motivação, o acesso da GASMIG ao CMRP, a CONTRATANTE se responsabilizará integralmente pela interrupção do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO e quaisquer outros danos diretos, comprovadamente resultantes exclusivamente do impedimento de acesso da GASMIG."

#### Justificativa

"As alterações propostas visam deixar a obrigação em questão mais clara e objetiva, bem como limitar os danos previstos àqueles comprovadamente resultantes do impedimento de acesso"

#### Resposta

Com relação a alteração do termo "quantidade" para "capacidade", ver contribuição 84.

A sugestão de inclusão do item 3.4 será incorporada ao contrato.

Já para as alterações na cláusula 4, considera-se que elas não são razoáveis, do contrário, compromete-se a segurança dos equipamentos do cliente e da GASMIG.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 87

*"4.4 A CONTRATANTE deverá informar o volume de GÁS NATURAL e/ou capacidade de transporte contratado, bem como a vigência do contrato firmado com o COMERCIALIZADOR DE GÁS, Caso a CONTRATANTE não seja autoprodutor/autoimportador, e/ou TRANSPORTADOR e todas as eventuais alterações relacionadas a tais questões em um prazo de até 30 (trinta) DIAS após a alteração/assinatura desse CONTRATO."*

#### Justificativa

*"Entendemos mais adequado que a presente previsão seja ajustada de acordo com o caso concreto, visto que nas hipóteses envolvendo Autoprodutor/Autoimportador, não haveria razão para mencionar eventual contrato com o comercializador."*

#### Resposta

O termo "e/ou" já contempla que o autoprodutor/autoimportador não terá contrato com o comercializador.

Contribuição não acatada.

#### Contribuição 88

*"CLÁUSULA 5 – VIGÊNCIA*

*5.1 O presente CONTRATO entrará em vigor na data de sua assinatura e seu término ocorrerá, automaticamente, em XX/XX/XXXX, independente de aviso ou NOTIFICAÇÃO entre as PARTES.*

*5.1.1 O INÍCIO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO ocorrerá em XX/XX/XXX."*

#### Justificativa

*"Considerando que podem ser necessários ajustes técnicos e operacionais para que a distribuidora esteja apta a prestar o serviço de distribuição, eventualmente poderá ser necessária a previsão de uma data específica para o início de tal prestação."*

#### Resposta

A sugestão de inclusão do item 5.1.1 incorporará o contrato.

Contribuição acatada.

#### Contribuição 89

*"5.2 A alteração ~~da data de~~ prazo de vigência do CONTRATO somente será realizada mediante a assinatura de termo aditivo entre as PARTES.*

*5.3. O término contratual não importará na ineficácia das cláusulas relativas a incidências tributárias, lei aplicável, resolução de controvérsias, sigilo, anticorrupção, que permanecerão vigentes pelos prazos nelas estabelecidos ou pelos prazos prescricionais legalmente previstos."*

#### Justificativa

*"A inclusão acima visa disciplinar a manutenção da eficácia das cláusulas relativas aos temas elencados, de forma a dar segurança jurídica para as partes"*

#### Resposta

A redação será incorporada, com modificações.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 90

*" CLÁUSULA 6 – ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADE DIÁRIA CONTRATUAL E INÍCIO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO*

*6.1 A ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (~~QDC~~QDC) será de XX m³/dia (XXXX metros cúbicos por DIA).*

*6.1.1 A qualquer momento, desde que haja interesse das PARTES, a ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) poderá ser alterada, mediante aditivo contratual. "*

*CLÁUSULA 7 – TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO (TUSD)*

*7. A incidência da TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO no faturamento será conforme a Resolução ~~do~~ ~~PODER CONCEDENTE SEDE~~ nº 17/2013, ou outra que vier a substituí-la. "*

*CLÁUSULA 8 – PONTO DE ENTREGA DA GASMIG e PONTO DE ~~RECEPÇÃO SAÍDA~~*

*8.1. O PONTO DE ENTREGA DA GASMIG é o listado na seguinte tabela:*

*[IMAGEM TABELA]*

*8.1.2 A transferência de custódia do GÁS da GASMIG ao ~~CLIENTE~~ CONTRATANTE ocorrerá no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG.*

<b>PONTO DE ENTREGA DA GASMIG</b>
Flange de conexão a jusante ao CONJUNTO DE MEDIÇÃO, REGULAGEM E PRESSÃO (CMRP)

  

<b>PONTO DE ENTREGA DA GASMIG</b>
Flange de conexão a jusante ao CONJUNTO DE MEDIÇÃO E REGULAGEM DE PRESSÃO (CMRP)

8.1.2 A transferência de custódia do GÁS da GASMIG ao ~~CLIENTE-CONTRATANTE~~ ocorrerá no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG.

8.2. O ~~Ponto~~ PONTO de ~~RECEPÇÃO SAÍDA~~ é o listado na seguinte tabela.

8.2.1 A transferência de custódia do GÁS da ~~CONTRATANTE~~ ou do ~~DEGÁS~~ à DISTRIBUIDORA ocorrerá no ~~Ponto de Saída~~ PONTO DE RECEPÇÃO.

#### Justificativa

“Conforme exposto anteriormente, tal previsão só será aplicável aos contratos firmados com consumidores livres e dependendo da modelagem negocial que seja adotada entre o comercializador e o consumidor livre.”

#### Resposta

Quanto as alterações na cláusula 6, ver contribuição 84.

A alteração da cláusula 7 não agrega ao contrato. Poderão haver resoluções supervenientes.

A alteração do termo “ponto de saída” para “ponto de recepção” está contemplada na contribuição 83.

As sugestões de alteração dos itens 8.1, 8.2 e 8.1.2 serão incorporadas no contrato.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 91

“8.4. A responsabilidade da GASMIG pelos SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO se dará a partir do PONTO DE RECEPÇÃO e até o PONTO DE ENTREGA. Assim, todos os riscos e perdas de GÁS fora do limite previsto na regulação correrão por conta da GASMIG, a partir do PONTO DE RECEPÇÃO e até o PONTO DE ENTREGA.”

#### Justificativa

“A inclusão do presente item tem função de disciplinar a responsabilidade da distribuidora.”

#### Resposta

O Contrato já define o que é o serviço de distribuição, de forma que a redação proposta é redundante. Ademais, sugere-se observar a contribuição 86.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 92

**“CLÁUSULA 9 – CONDIÇÕES DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DO GÁS**

9.1.1 O GÁS será disponibilizado pelo ~~COMERCIALIZADOR DE GÁS~~ CONTRATANTE, ou por quem este indicar, à GASMIG no PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA, atendendo às condições desta Cláusula. As condições de fornecimento do GÁS no PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA são as apresentadas na seguinte tabela, onde as pressões são expressas nas CONDIÇÕES BASE:

PONTO DE SAÍDA	Pressão Mínima de Fornecimento (kgf/cm²g)	Pressão Máxima de Fornecimento (kgf/cm²g)
Conforme PR/PMO		

PONTO DE SAÍDA	Pressão Mínima de Recebimento (kgf/cm²g)	Pressão Máxima de Recebimento (kgf/cm²g)
Conforme PR/PMO		

9.1.2 Em nenhuma hipótese, a pressão à jusante do PONTO DE ~~RECEPÇÃO SAÍDA~~ poderá exceder a Pressão Máxima de ~~Fornecimento~~ Recebimento.

9.1.3 A GASMIG confirma que seu gasoduto diretamente ligado ao PONTO DE ~~RECEPÇÃO SAÍDA~~ está apto, homologado e licenciado para suportar pressões até o valor definido na Pressão Máxima de ~~Fornecimento~~ Recebimento, conforme definem as normas nacionais e internacionais de gasodutos.

9.1.4 A GASMIG será responsável por qualquer dano direto ou prejuízo causado aos seus equipamentos, em decorrência do fornecimento de GÁS em pressão de até a Pressão Máxima de ~~Fornecimento~~ Recebimento.

9.1.5 Em nenhuma hipótese a GASMIG poderá ser responsabilizada por eventual falha de ~~fornecimento~~ SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, caso a pressão de ~~Disponibilização~~ fornecimento no PONTO DE ~~RECEPÇÃO SAÍDA~~ seja inferior à Pressão Mínima de ~~Fornecimento~~ Recebimento no DIA, ressalvado quando a queda de pressão for causada pelos demais clientes atendidos pela Distribuidora.

#### Justificativa

"A queda de pressão pode ser causada por outros usuários da rede da CDL. Nesse caso, a CDL é responsável no âmbito deste contrato, uma vez que poderia ter atuado para minimizar o impacto nos outros contratos."

#### Resposta

Quanto à troca do termo "comercializador de gás" por "contratante, ou por quem este indicar", será adotado o termo "transportador, ou por quem este indicar", mantendo a coerência com a contribuição 16.

A alteração do termo "ponto de saída" para "ponto de recepção" está contemplada na contribuição 83.

A troca do termo "fornecimento" para "recebimento" será feita.

A redação do item 9.1.5 será acatada, com modificações, respeitando a contribuição 10. O termo "disponibilização" será substituído por "recebimento", mantendo a coerência com a contribuição.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 93

"9.2 CONDIÇÕES DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DO GÁS:

9.2.1 As condições de fornecimento do GÁS no PONTO DE ENTREGA ~~Ponto de Entrega~~ da GASMIG são as apresentadas na seguinte tabela, onde as vazões são expressas nas CONDIÇÕES BASE:

PONTO DE ENTREGA DA GASMIG	Vazão Máxima (mil m³/dia)	Vazão Mínima (mil m³/dia)	Pressão Mínima de Fornecimento (kgf/cm²g)	Pressão de Fornecimento (kgf/cm²g)	Pressão Máxima de Fornecimento (kgf/cm²g)
CONJUNTO DE MEDIÇÃO, REGULAGEM E PRESSÃO					

PONTO DE ENTREGA DA GASMIG	Vazão Máxima (mil m³/dia)	Vazão Mínima (mil m³/dia)	Pressão Mínima de Entrega (kgf/cm²g)	Pressão de Entrega (kgf/cm²g)	Pressão Máxima de Entrega (kgf/cm²g)
CONJUNTO DE MEDIÇÃO E REGULAGEM DE PRESSÃO					

9.2.2 Em nenhuma hipótese, a pressão à jusante do PONTO DE ENTREGA DA GASMIG poderá exceder a Pressão Máxima de ~~Fornecimento~~ Entrega.

9.2.3 A Vazão Instantânea Máxima, nas CONDIÇÕES ~~BASE~~ DE REFERÊNCIA, em qualquer momento, expressa em m³/h (METRO CÚBICO DE GÁS por hora), no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, será limitada a 100% da ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), dividida por 24 (vinte e quatro) horas.

9.2.4 A Vazão Instantânea Mínima, nas CONDIÇÕES ~~BASE~~ DE REFERÊNCIA, em qualquer momento, expressa em m³/h (METRO CÚBICO DE GÁS por hora), no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, será igual a 1/24 (um vinte e quatro avos) da correspondente Vazão Mínima do PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, respectivamente.

9.2.6 A GASMIG não será responsabilizada, em nenhuma hipótese, quando não houver disponibilidade de GÁS no PONTO DE ~~RECEPÇÃO SAÍDA~~ para atendimento à UNIDADE ATENDIDA. "

#### CLÁUSULA 10 – PROGRAMAÇÃO E PARADAS PROGRAMADAS

10.1 A CONTRATANTE enviará à GASMIG todas as ~~QUANTIDADES~~ CAPACIDADE DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) enviadas ao COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou TRANSPORTADOR, através do GASMIG ATENDE, até 30 (trinta) minutos após o envio da ~~QUANTIDADES~~ CAPACIDADE DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) ao COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou ao TRANSPORTADOR.

10.1.1 A CONTRATANTE, desde já, adere as condições estipuladas pela GASMIG para utilização do GASMIG ATENDE, constantes no endereço eletrônico: <https://servicos.gasmig.com.br>.

10.1.2 Caso a CONTRATANTE não envie a NOTIFICAÇÃO, conforme item 10.1, a GASMIG assumirá nenhuma responsabilidade, a que título seja, de não prestar o serviço de distribuição entrega do GÁS.

10.2 Além das informações disponibilizadas no item 10.1, a CONTRATANTE enviará mensalmente à GASMIG, utilizando o GASMIG ATENDE, com no mínimo 15 (quinze) DIAS de antecedência ao início de cada MÊS, NOTIFICAÇÃO contendo as ~~QUANTIDADES~~ CAPACIDADE DIÁRIAS SOLICITADAS (~~QDS~~ CDS) para o MÊS em referência e previsão de consumo mensal para os dois MESES subsequentes.

10.2.1 Para o primeiro MÊS, a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 10.2 será enviada com 15 (quinze) DIAS de antecedência ao ~~INÍCIO DE FORNECIMENTO~~ DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO.

10.2.2 A NOTIFICAÇÃO explicitará as ~~QUANTIDADES~~ CAPACIDADE DIÁRIAS SOLICITADAS (Q~~CD~~S), para cada DIA, levando em conta os seguintes requisitos de programação:

1. A ocorrência de PARADAS PROGRAMADAS;
2. A ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
3. O limite da ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC);
4. Os mesmos valores informados ao COMERCIALIZADOR DE GÁS.

10.2.3 Caso a CONTRATANTE não envie a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 10.2 no prazo estabelecido no mesmo item, serão consideradas como ~~QUANTIDADES~~ CAPACIDADE DIÁRIAS PROGRAMADAS (Q~~DP~~CDP) nos DIAS do MÊS de referência o valor da ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (Q~~DC~~CD) vigente.

10.3 A GASMIG compromete-se a disponibilizar para a CONTRATANTE, no PONTO DE ENTREGA ~~DA~~ da GASMIG, a cada DIA, uma quantidade de GÁS igual à ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), observada a CLÁUSULA 9 – CONDIÇÕES DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DO GÁS.

10.3.1 Excepcionalmente, a CONTRATANTE poderá solicitar, e a GASMIG poderá, a seu exclusivo critério de disponibilidade de SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO e a concordância do COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou TRANSPORTADOR, aceitar que a ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) de determinado DIA seja superior à ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC). A eventual aceitação da GASMIG será específica e não importará em novação do Contrato.

10.4 A ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADE DIÁRIA PROGRAMADA para um determinado DIA poderá ser alterada (aumentada ou diminuída) pela CONTRATANTE, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à GASMIG até as ~~08~~12:00h (oito ~~doze~~ horas) do DIA anterior ao DIA do ~~fornecimento~~ SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, usando o GASMIG ATENDE, observadas as condições estabelecidas no item 10.2.2.

10.4.1 Até as 16:00h (dezesseis horas) do DIA anterior ao DIA do ~~fornecimento~~ SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, a GASMIG, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à CONTRATANTE, usando o GASMIG ATENDE, deverá aceitar como ~~QUANTIDADES~~ CAPACIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (Q~~CDP~~) as ~~QUANTIDADES~~ CAPACIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (Q~~CD~~S), que se enquadrem nos requisitos previstos no item 10.2.2, inicialmente estabelecidas nos termos do item 10.2 ou alteradas conforme item 10.4.

10.4.2 Caso a GASMIG não se pronuncie no prazo estipulado no item 10.4.1, considerar-se-á como aceita e confirmada tal programação, desde que se enquadre nos termos do item 10.2.2, para fins de definição da ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADES DIÁRIA PROGRAMADA (Q~~CDP~~) do correspondente DIA.

10.4.3 Caso as ~~QUANTIDADES~~ CAPACIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (Q~~CD~~S) não se enquadrem nos termos do item 10.2.2 e só possam ser atendidas parcialmente, a GASMIG poderá informar as ~~QUANTIDADES~~ CAPACIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (Q~~DP~~CDP) compatíveis com a disponibilidade de GÁS até as 16:00h (dezesseis horas) do DIA anterior ao DIA do ~~fornecimento~~ SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO para aceite da CONTRATANTE até às 17:00h (dezessete horas) do mesmo DIA.

10.4.3.1 Será considerada como ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADES DIÁRIA SOLICITADA (Q~~DS~~CD) a última solicitação da CONTRATANTE que tenha se enquadrado nos termos do item 10.2.2, nos seguintes casos: (i) a GASMIG ou a CONTRATANTE não se manifestem nos prazos estipulados no item 10.4; ou (ii) a CONTRATANTE recuse as ~~QUANTIDADES~~ CAPACIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (Q~~DP~~CDP) pela GASMIG.

10.5 Havendo condições técnico-operacionais e acordo entre as PARTES, a ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADES DIÁRIA PROGRAMADA (Q~~DP~~CDP) poderá ser alterada para mais ou para menos, no decorrer do DIA, considerando-se a quantidade assim alterada como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA do referido DIA.

10.5.1 A solicitação de alteração da ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADES DIÁRIA PROGRAMADA (Q~~DP~~CDP) prevista no item 10.5 deverá ser realizada mediante NOTIFICAÇÃO até as ~~10~~12:00h (dez ~~doze~~ horas) do DIA, usando o GASMIG ATENDE, contendo a nova ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADES DIÁRIA SOLICITADA (Q~~DS~~CD), devendo a GASMIG aceitar ou recusar a solicitação da CONTRATANTE até as 17:00h (dezessete horas) do mesmo DIA. A falta de resposta da GASMIG será considerada como não alteração das ~~QUANTIDADES~~ CAPACIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (Q~~DP~~CDP).

10.5.2 Caso o TRANSPORTADOR e/ou o COMERCIALIZADOR DE GÁS não aceitem a solicitação de alteração da ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADES DIÁRIA PROGRAMADA (Q~~DP~~CDP) prevista no item 10.5, a GASMIG recusará automaticamente a nova ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADES DIÁRIA SOLICITADA (Q~~CD~~S), independente da resposta do item 10.5.1.

10.6 Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a disponibilização da ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADES DIÁRIA PROGRAMADA (Q~~DP~~CDP), por culpa da GASMIG, em determinado DIA, a GASMIG enviará até às 17:00h (dezessete horas) do DIA anterior, NOTIFICAÇÃO comunicando o fato à CONTRATANTE.

#### 10.7 PARADA PROGRAMADA

10.7.1 Para fins das PARADAS PROGRAMADAS, considerar-se-ão como:

1. equipamentos vinculados ao fornecimento de GÁS às Unidades de Produção, às Plantas de Processamento, às malhas de gasodutos de transporte e demais equipamentos como compressores, válvulas e outros que compreendam a instalação física das áreas de produção, processamento, transporte;
2. SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO; e
3. equipamentos vinculados ao sistema de recebimento de GÁS, a rede interna de distribuição, os sistemas de compressão, os sistemas de combustão e demais equipamentos como compressores, válvulas, queimadores e outros que compreendam a instalação física consumidora de GÁS da CONTRATANTE.

10.7.2 As PARTES têm direito a efetuar PARADAS PROGRAMADAS de acordo com as seguintes regras:

1. A PARTE que solicitar PARADA PROGRAMADA deverá enviar uma NOTIFICAÇÃO à outra PARTE com, no mínimo, 25 (vinte e cinco) DIAS de antecedência.
2. O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS do COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou TRANSPORTADOR não poderá exceder (i) 3 (três) DIAS por ANO e (ii) 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, caso interrompa totalmente a entrega de GÁS;
3. O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS do COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou TRANSPORTADOR não poderá exceder 30 (trinta) DIAS por ANO, sendo que o volume reduzido deve ser limitado a no máximo 20% (vinte por cento) da média anual das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS, ou a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, caso não exista média anual apurada, caso interrompa parcialmente a entrega de GÁS;
4. O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS da GASMIG no SISTEMA DE ~~MEDICÃO-DISTRIBUIÇÃO~~ não poderá exceder 5 (cinco) DIAS a cada ANO, sob pena de caracterização de FALHA NO ~~FORNECIMENTO~~ SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO pela GASMIG.
5. O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS da CONTRATANTE não poderá exceder ~~5140 (cinco mil e quatrocento)~~ 5140 (cinco mil e quarenta) DIAS a cada ANO, sob pena de caracterização de retirada a menor pela CONTRATANTE."

#### CLÁUSULA 11 – PENALIDADES

11.1 Caso, em determinado DIA a CONTRATANTE retire uma quantidade de GÁS que supere em mais 5% (cinco por cento) a ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (~~QDP~~ CDP) para esse DIA, deverá pagar à GASMIG, além do faturamento normal, uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{RMA} = 0.10 \times (QDR - 1.05 \times QDP) \times T_{USD}, \text{ onde:}$$

$P_{RMA}$	-	Significa o valor da penalidade diária por retirada a maior que a programada, caso positiva.
$QDR$	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), apurada na forma do item 12.3.
$QDP$	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP).
$T_{USD}$	-	Significa TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO vigente no DIA em que ocorrer a retirada maior que a programada, calculada para uma retirada de 100% (cem por cento) do volume programado para o DIA (QDP). Caso em determinado DIA a QDP for igual a 0 m³ (zero METRO CUBICO DE GÁS) e houver retirada de GÁS, a tarifa média do GÁS será calculada com base em uma retirada de 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC).

11.2 Caso, em determinado DIA a ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADE DIÁRIA RETIRADA seja inferior a 95% (noventa por cento) da ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (~~QDP~~ CDP) para esse DIA; a CONTRATANTE pagará à GASMIG, além do faturamento normal, penalidade por retirada a menor calculada pela seguinte fórmula

$$P_{RME} = 0.10 \times (0.95 \times QDP - QDR) \times T_{USD}, \text{ onde:}$$

$P_{RME}$	-	Significa o valor da penalidade diária por retirada a menor que a programada, caso positiva.
$QDP$	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP).
$QDR$	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), apurada na forma do item 12.3.
$T_{USD}$	-	Significa TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO vigente no DIA em que ocorrer a retirada maior que a programada, calculada para uma retirada de 100% (cem por cento) do volume programado para o DIA (QDP).

11.3 Se em determinado DIA, seja disponibilizado GÁS no PONTO DE RECEPÇÃO ~~SAÍDA~~ e como consequência de FALHA NO ~~FORNECIMENTO~~ SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO da GASMIG, a ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) for inferior à ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), a QUANTIDADE FALTANTE (QF) para fins do presente Contrato, será calculada pela seguinte fórmula:

$$QF = QDP - QDR, \text{ onde:}$$

$QF$	-	Significa a QUANTIDADE FALTANTE, caso positiva.
$QDP$	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) NO DIA.
$QDR$	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) NO DIA, apurada na forma do item 12.3.

$QF$	-	<u>Significa a QUANTIDADE FALTANTE, caso positiva.</u>
$CDP$	-	<u>Significa a CAPACIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (CDP) NO DIA.</u>
$QDR$	-	<u>Significa a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) NO DIA, apurada na forma do item 12.3.</u>

11.3.1 No caso de FALHA NO ~~FORNECIMENTO~~ SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, a GASMIG pagará à CONTRATANTE uma penalidade diária calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$P_{FF} = 0.10 \times QF \times T_{USD}$ , onde:		
QF	-	Significa a QUANTIDADE FALTANTE, caso positiva.
QF	-	Significa a QUANTIDADE FALTANTE, caso positiva, apurada conforme item 11.3.
$T_{USD}$	-	Significa TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO vigente no DIA em que ocorrer a retirada maior que a programada, calculada para uma retirada de 100% (cem por cento) do volume programado para o DIA (CDP).

QF	-	<u>Significa a QUANTIDADE FALTANTE, caso positiva, apurada conforme item Erro!</u> <u>Fonte de referência não encontrada.11.3.</u>
USD	-	<u>Significa a TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO vigente no DIA em que ocorrer FALHA NO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, calculada para uma capacidade de 100% (cem por cento) da capacidade de distribuição programada para o DIA (CDP).</u>

11.3.2 Esta penalidade constitui a única penalização aplicável em caso de FALHA NO ~~FORNECIMENTO~~SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, não tendo a GASMIG qualquer responsabilidade adicional, a qualquer título.

11.4 Até a publicação pelo PODER CONCEDENTE de nova metodologia de cálculo das penalidades por erro de programação, tanto a maior, quanto a menor e de FALHA DE ~~SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO~~FORNECIMENTO, os parâmetros definidos nas cláusulas 11.1, 11.2 e 11.3 estarão vigentes.

11.4.1 Após a publicação pelo PODER CONCEDENTE da nova metodologia de cálculo das penalidades por erro de programação, tanto a maior, quanto a menor e de FALHA DE ~~SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO~~FORNECIMENTO, os parâmetros definidos pelo PODER CONCEDENTE serão aplicados ~~automaticamente~~ ao CONTRATO, ~~sem necessidade de~~ mediante Aditivo contratual, em substituição às cláusulas 11.1, 11.2 e 11.3, observado o item 11.4.2.

11.4.2 A nova metodologia de cálculo das penalidades por erro de programação, tanto a maior, quanto a menor e de FALHA DE ~~SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO~~FORNECIMENTO, definido pelo PODER CONCEDENTE, será aplicado a partir do MÊS subsequente à data de publicação pelo PODER CONCEDENTE, salvo caso definido de forma distinta pelo PODER CONCEDENTE."

#### Justificativa

"Eventuais alterações nas penalidades poderão gerar desequilíbrios entre as partes no âmbito do presente Contrato, portanto entendemos ser necessário que as partes negociarem os ajustes necessários ao Contrato em decorrência de tais alterações, com a celebração do respectivo aditivo, bem como a possibilidade de rescisão contratual, caso as partes não cheguem a um consenso."

#### Resposta

A sugestão de redação do item 9.2.1 será incorporada.

A sugestão de redação do item 9.2.2 será incorporada.

Com relação a sugestão de redação no que se refere a "condições base de referência", ver contribuição 82.

A alteração do termo "ponto de saída" para "ponto de recepção" está contemplada na contribuição 83.

Sobre a troca do termo "quantidade" para "capacidade", ver contribuição 84.

Para a sugestão do item 10.1, ver contribuições 16 e 92.

A sugestão de redação do item 10.1.2 será incorporada.

A sugestão de redação do item 10.2.1 será incorporada.

Quanto à troca de horário no item 10.4, ver contribuição 25.

Já a troca do termo "fornecimento" por "serviço de distribuição" será incorporada ao contrato.

Sobre o item 10.7.2, letra "c", ver contribuição 28. Na letra "d", o termo "medição" será trocado por "distribuição". Para a letra "e", ver contribuição 28.

A sugestão para o item 11.3.1 no que se refere ao "USD" não é razoável, porque se a programação for igual a zero (ausência de retirada) e ainda assim houver retirada, incorre-se em penalidade. Nesse caso, a tarifa com base na programação será indefinida. A sugestão de alteração para a "QF" não agrega ao contrato.

Para a sugestão sobre o item 11.4.1, ver contribuição 34.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 94

##### "CLÁUSULA 12 – MEDIÇÃO DO GÁS

##### 12.2 Processo de medição.

12.2.1 A medição para efeito de faturamento ocorrerá duas vezes a cada MÊS, quando a GASMIG emitirá os respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos ao ~~SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO~~fornecimento de GÁS.

12.2.3 Para fins deste CONTRATO, aplicam-se os seguintes procedimentos, conforme o tipo de medidor instalado no CONJUNTO DE MEDIÇÃO; E REGULAGEM E PRESSÃO (CMRP):

As versões dos procedimentos descritos no item 12.2.3 deverão ser aquelas previstas no projeto do CONJUNTO DE MEDIÇÃO; E REGULAGEM DE PRESSÃO (CMRP).



12.3 Para a determinação da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), a QUANTIDADE MEDIDA (QM) será multiplicada pela divisão do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) médio diário do GÁS no respectivo DIA, apurado pela GASMIG, pelo PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA ~~poder calorífico de referência~~ de 9.400kcal/m<sup>3</sup> (nove mil e quatrocentas QUILOCALORIAS por METRO CÚBICO DE GÁS) de acordo com a seguinte fórmula:

$$QDR = QM \times \frac{PCS_m}{9.400}; \text{ onde:}$$

QDR	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA, ARREDONDADO até o primeiro algarismo inteiro.
QM	-	Significa a QUANTIDADE MEDIDA.
PCS <sub>m</sub>	-	Significa o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) médio do referido DIA, ARREDONDADO até o primeiro algarismo inteiro.

12.3.1A apuração da QUANTIDADE MEDIDA (QM) será realizada nas CONDIÇÕES BASE ~~onde se verificam o Q~~ cumprimento pelas PARTES das obrigações previstas nas CONDIÇÕES DE ENTREGA se verificam nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

12.4 A GASMIG informará, a cada PERÍODO DE FATURAMENTO, em até 1 (um) DIA ÚTIL após o referido PERÍODO DE FATURAMENTO, através de boletins disponibilizados no GASMIG ATENDE, os valores de PCS e os dados de QUANTIDADE MEDIDA entregue a CONTRATANTE em cada PONTO DE ENTREGA em base diária.

12.5 Apartir do INÍCIO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, o período entre CALIBRAÇÕES dos equipamentos deverá ser estabelecido conforme legislações em vigor do INMETRO aplicáveis ~~à distribuição aos SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO de GÁS.~~

12.8 Havendo, em qualquer DIA, impedimento ao acesso para leitura, falha no CONJUNTO DE MEDIÇÃO, REGULAGEM DE PRESSÃO (CMRP), remoção de algum de seus componentes para manutenção, ou necessidade de sua interdição por quaisquer motivos pela GASMIG, que impeça a apuração segura da QUANTIDADE MEDIDA no CONJUNTO DE MEDIÇÃO; E REGULAGEM DE PRESSÃO (CMRP), sem interrupção no SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO ~~fornecimento~~ de GÁS, para fins de faturamento, será calculado conforme uma das alternativas abaixo, ~~apresentadas na sequência de prioridade; sendo que GASMIG escolherá aquela que melhor espelhar o~~ real consumo no período de ocorrência da falha, justificando tal escolha à CONTRATANTE:

~~a) pela média dos volumes consumidos nos mesmos DIAS das quatro semanas anteriores, não considerando períodos de consumo atípico devido a férias, manutenções, restrições de consumo;~~

~~b) pela média do consumo ocorrido nos 06 (seis) últimos PERÍODOS DE FATURAMENTO, descontados os períodos de consumo atípico devido a férias, manutenções, restrições de consumo;~~

~~a) pela medição do TRANSPORTADOR (no caso de gasodutos dedicados);~~

~~b) com base em medições apuradas no sistema de medição da UNIDADE ATENDIDA, se houver, desde que sejam atendidos os requisitos do item Erro! Fonte de referência não encontrada.12.2.3 e a GASMIG, a seu exclusivo critério, valide tais medições;~~

~~c) com base em medições apuradas no sistema de medição da UNIDADE ATENDIDA, se houver, desde que sejam atendidos os requisitos do item 12.2.3 e a GASMIG, a seu exclusivo critério, valide tais medições;~~

~~(d) com base em medições apuradas no sistema de medição da GASMIG localizadas a jusante do PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA, se houver, desde que sejam atendidos os requisitos do item 12.2.3, deduzidos os consumos destinados ao atendimento de outros consumidores;~~

~~d) estimativa do consumo de gás pela geração da CONTRATANTE apurada pela CCEE, com base na eficiência de referência de xx m3/MWh (no caso de geração termelétrica);~~

~~e) pela média dos volumes consumidos nos mesmos DIAS das quatro semanas anteriores, não considerando períodos de consumo atípico devido a férias, manutenções, restrições de consumo, desde que a CONTRATANTE expressamente esteja de acordo com essa apuração;~~

~~f) (b) pela média do consumo ocorrido nos 06 (seis) últimos PERÍODOS DE FATURAMENTO, descontados os períodos de consumo atípico devido a férias, manutenções, restrições de consumo, desde que a CONTRATANTE expressamente esteja de acordo com essa apuração;~~

~~(g) acordo entre as PARTES."~~

#### CLÁUSULA 13 – QUALIDADE E TITULARIDADE DO GÁS

13.1 O GÁS a ser entregue pelo ~~COMERCIALIZADOR DE GÁS~~ CONTRATANTE, ou por quem este indicar, à GASMIG, no PONTO DE ~~RECEPÇÃO SAÍDA~~ e pela GASMIG à CONTRATANTE, no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, deverão apresentar características de qualidade que atendam, no mínimo, às especificações da Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, ou às que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

13.1.1 A determinação da qualidade do GÁS será efetuada pelo TRANSPORTADOR e pela GASMIG em seu Ponto de Entrega, através de instrumentos adequados para esta finalidade."

#### Justificativa

"Deixar expressa a obrigação de a GASMIG realizar a análise do gás no Ponto de Entrega."

#### Resposta

Com relação a troca do termo "fornecimento" por "serviço de distribuição", ver contribuição 93.

No que tange ao item 12.2.3, trata-se de um termo definido no contrato e a alteração não agrega em nada.

A sugestão para o item 12.3 será incorporada.

Para a sugestão no item 12.3.1, ver contribuição 82.

Quanto a sugestão para o item 12.4, motivos alheios à vontade da concessionária podem prejudicar o faturamento, o que gera riscos para garantir isso ao cliente. Ver contribuição 35.

No caso da contribuição sobre o item 12.5, a redação é a mesma para o mercado cativo.

Quanto ao item 12.8, a sugestão da letra “a” será incorporada com modificações. Quanto aos demais itens sugeridos, eles estarão contemplados no acordo entre as partes.

A alteração do termo “ponto de saída” para “ponto de recepção” está contemplada na contribuição 83.

A troca do termo “comercializador” por “contratante, ou por quem este indicar” já está contemplada na contribuição 81.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 95

*“13.3 Caso seja identificado que o GÁS está fora de especificação, conforme Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, no PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA, tais desconformidades, se constatadas no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, a GASMIG não poderá ser responsabilizada.*

*13.4 Caso seja identificado o GÁS em conformidade com a Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, no PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA, e for constatado desconformidades no PONTO DE ENTREGA ~~DA~~ da GASMIG, a GASMIG será responsabilizada e pagará penalidade por gás fora de especificação.*

##### *TITULARIDADE DO GÁS*

*13.5.1 A CONTRATANTE deverá ter e garantir, em seu próprio nome, o título legítimo e o direito de entrega do GÁS na ocasião de sua disponibilização no PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA.*

*13.5.1.1 A CONTRATANTE deverá indenizar a GASMIG, na forma da lei, e mantê-la a salvo de quaisquer processos, ações, débitos, contas, danos, custos, perdas, ~~penalidades~~ e despesas resultantes ou surgidos de reivindicações adversas de toda e qualquer entidade em relação à titularidade do GÁS.”*

#### Justificativa

*“Alteração realizada considerando o disposto no artigo 13, parágrafo único da Resolução SEDE nº 17/2013”*

#### Resposta

A alteração do termo “ponto de saída” para “ponto de recepção” está contemplada na contribuição 83.

A inclusão do termo “que” no item 13.3 será acatada.

Quanto ao item 13.4, a alteração do “da” será incorporada.

No item 13.5.1.1, a supressão do termo “penalidades” gera risco para o mercado cativo.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 96

*“13.5.2 Os tributos, taxas ou encargos relativos ~~a entrega do~~ ao GÁS são de responsabilidade da CONTRATANTE.”*

#### Justificativa

*“Alteração realizada para adequar a presente redação ao disposto no artigo 14 da Resolução SEDE nº 17/2013.”*

#### Resposta

Contribuição acatada.

#### Contribuição 97

*“13.5.3 No caso de questionamento judicial ou arbitral, mediante reivindicação formal ou qualquer disputa sobre a titularidade desse GÁS, a GASMIG, desde que haja determinação judicial ou arbitral para tanto, poderá suspender o SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO prestado à CONTRATANTE nos termos deste CONTRATO, desde que notificado com antecedência mínima de 15 (quinze) DIAS.*

*13.5.4 A titularidade do GÁS recebido no PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA não será transferida para a GASMIG, exceto o GÁS relativo às perdas do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO dentro dos limites especificados na Resolução SEDE nº 17/2013 ou norma que vier a substituí-la.”*

#### Justificativa

*“A Resolução SEDE nº 17/2013 prevê que “No caso de questionamento mediante reivindicação formal ou qualquer disputa sobre a titularidade desse gás, a concessionária poderá suspender o serviço de distribuição prestado ao consumidor livre, ao autoimportador ou ao autoprodutor nos termos do contrato de serviço de distribuição, desde que notificado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias” (art. 15). Assim, não obstante a norma não mencione a existência de questionamento judicial ou arbitral (tratando genericamente apenas de questionamentos), entendemos que a vinculação de tal questionamento à existência de uma determinação judicial ou arbitral poderá trazer maior segurança jurídica para as partes.”*

**Resposta**

A alteração do termo “ponto de saída” para “ponto de recepção” está contemplada na contribuição 83.

Por não existir cláusula de arbitragem no contrato, o termo “ou arbitral” não faz sentido. Já a antecedência mínima de 15 dias pode ter implicações nos casos em que judicialmente seja necessário suspender a distribuição do gás natural.

Com relação a sugestão de redação do item 13.5.4, ela será incorporada com modificações.

Contribuição parcialmente acatada.

**Contribuição 98****“CLÁUSULA 14 – FATURAMENTO**

**14.2.2** A CONTRATANTE deverá pagar os DOCUMENTOS DE COBRANÇA referidos no item anterior até o 5º ~~15º~~ ~~(quinto-décimo quinto)~~ DIA após o DIA de sua apresentação.

**14.4 ENCARGOS MORATÓRIOS.**

**14.4.1** No caso dos pagamentos efetuados com atraso, o valor devido estará sujeito à atualização monetária, quando legalmente possível, com base na variação do IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado, da Fundação Getúlio Vargas - FGV), e juros demora de 1% (um por cento) ao mês, tudo “pro rata tempore” e considerando o período entre a data de pagamento e a do vencimento. Incidirá, cumulativamente, multa de ~~0,33-0,033%~~ (zero vírgula zero trinta e três por cento) por DIA de atraso sobre o valor corrigido, limitada esta a 2% sobre o montante principal atualizado. Caso o IGPM seja extinto, as PARTES acordarão um novo índice para atender ao mesmo fim.

**14.4.2** O atraso no pagamento de qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA dará à GASMIG o direito de suspender a prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO o fornecimento à CONTRATANTE, imediatamente após o transcurso de 24 (vinte e quatro) horas de sua NOTIFICAÇÃO, sem prejuízo do disposto no item 14.4.1 desta cláusula e das penalidades e obrigações previstas neste CONTRATO.

**14.5 Cobranças Objeto de Controvérsia.**

**14.5.1** Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, a PARTE (“Parte Reclamante”) que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE (“Parte Reclamante”), informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, ~~a alternativa adotada em relação ao valor cobrado~~, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, e efetuar pontualmente o pagamento da importância não controversa, além de depositar em conta de custódia o valor controverso, e se for o caso, informando a parcela sujeita à restituição potencial. Se a Parte Reclamada concordar com a Parte Reclamante, aquela enviará NOTIFICAÇÃO a esta, comunicando sua concordância. Se a Parte Reclamada não concordar com a Parte Reclamante, aquela enviará NOTIFICAÇÃO a esta, comunicando o seu desacordo, devendo a controvérsia ser dirimida conforme o disposto na Cláusula 22. Caso a questão seja resolvida em favor da Parte Reclamada, a Parte Reclamante deverá pagar à Parte Reclamada a importância devida, acrescida dos encargos previstos no item 14.4.1, calculados desde a data do vencimento do Documento de Cobrança em questão até a data de sua quitação. da importância total cobrada, informando a parcela sujeita à restituição potencial.

**14.5.2** Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância em até 3 (três) DIAS ÚTEIS contados da data de vencimento a que se refere o item 14.2.2, e restituirá a esta, no prazo máximo de 10 (dez) DIAS, acrescidos dos encargos moratórios, excluída a multa, a importância que havia sido objeto de controvérsia.

**14.5.3** Se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao Poder Judiciário.

**14.5.4** Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, aplicando-se, no que couber, o disposto nos itens 14.5.2 e 14.5.3.

**14.5.5** Após o prazo a que se refere o item 14.5.1, a qualquer tempo em que uma PARTE renunciar ou alterar seu entendimento sobre a controvérsia, poderá, conforme o caso, restituir à PARTE reclamante a importância paga sujeita à restituição potencial, acrescida dos encargos moratórios a que se refere o item 14.4.1 inclusive a multa, ou liberar do status de “sujeita à restituição potencial ~~14.5.2 Assim que for sanada a controvérsia, caso seja necessário, haverá devolução do valor cobrado a maior.~~”

**CLÁUSULA 15 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR**

**15.1** Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do artigo 393 e seu Parágrafo Único, do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, os seguintes pressupostos:

a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA pelo evento;

b) que a PARTE AFETADA pelo evento, seus contratados, subcontratados, fornecedores, prepostos, representantes, AFILIADAS ou usuários não concorram direta ou indiretamente para a sua ocorrência;

c) que a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e

*d) que sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas neste CONTRATO.*

*15.2 Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos desta*

*CLÁUSULA 15 –CASOFORTUITOOUFORÇAMAIOR:*

*a) ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico;*

*b) cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações e explosões; e*

*~~c) qualquer evento que afete o cumprimento das obrigações de qualquer contrato celebrado pela GASMIG CONTRATANTE com terceiros referente ao transporte e/ou à compra e venda de GÁS NATURAL, necessário à movimentação e/ou ao fornecimento do GÁS que será objeto da prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO disciplinado no do presente CONTRATO, e que seja comprovadamente caracterizado como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, conforme definido nesta CLÁUSULA 15 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR. “~~*

#### Justificativa

*“Sugerida a exclusão do item “c” pois a GASMIG não será responsável pelo fornecimento ou contratação do transporte para atendimento ao Contratante, uma vez que a depender do modelo de negócio tal serviço será de responsabilidade do Comercializador ou do próprio Contratante se este for um agente autorizado pela ANP a exercer a atividade de carregamento de gás.”*

#### Resposta

A sugestão de alteração do item 14.2.2 traz implicações para o fluxo de caixa da GASMIG. Ademais, o prazo é o mesmo cobrado do mercado cativo.

Sobre o limite de multa do item 14.4.1, considera-se razoável um limite de 10%, utilizado também no mercado cativo.

A sugestão para o item 14.4.2 será incorporada.

No item 14.5.1, as sugestões de inclusão/supressão serão incorporadas com modificações.

A inclusão dos itens 14.5.2, 14.5.3, 14.5.4 e 14.5.5 serão incorporadas.

A inclusão de redação no item 15.1 será incorporada. Para o termo "afiliada", ver contribuição 78.

Para o item 15.2, a supressão do item "c" pode trazer consequências indesejáveis para a GASMIG e para o mercado. Ver contribuição 70.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 99

*“15.3 Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos:*

*a) greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA;*

*b) alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA, bem como a alteração das condições de mercado do GÁS; e*

*c) qualquer prejuízo acidental, quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus contratados, subcontratados, fornecedores e TRANSPORTADOR ou usuários, exceto se a PARTE AFETADA comprovadamente tenha tomado todas as medidas possíveis para evitar tal prejuízo acidental se decorrente diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.*

*d) atraso no desempenho das obrigações assumidas por contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA neste CONTRATO, exceto se comprovado que o atraso por parte dos contratados ou subcontratados decorreu diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.*

*15.4 Nenhuma das PARTES poderá ser responsabilizada pela falta de cumprimento de suas obrigações quando motivada por CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, conforme disposto no artigo 393 e seu Parágrafo Único, do Código Civil Brasileiro. Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos deste CONTRATO, bem como exoneradas de qualquer responsabilidade pela falta ou atraso no cumprimento das obrigações que sejam diretamente atribuíveis ao CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.*

*15.7 Com relação ao item 15.5 (b), a PARTE AFETADA não estará obrigada a agir diferentemente do que seja apropriado às práticas da indústria, e semelhante à prática adotada em situações similares.*

*15.8 Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, em especial as obrigações de pagar as importâncias em dinheiro devidas no CONTRATO.”*

CLÁUSULA 16 – DA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO

16.1 Em caso de atraso superior a 60 (sessenta) DIAS no pagamento de quaisquer DOCUMENTOS DE COBRANÇA, sem que tenha sido adotado o disposto no item 14.5 (Cobranças Objeto de Controvérsia), a GASMIG poderá efetuar a suspensão do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, o qual se dará a partir de 5 (cinco) DIAS 24 (vinte e quatro) horas após a NOTIFICAÇÃO de corte. O restabelecimento do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO está condicionado ao pagamento total do (s) DOCUMENTO (S) DE COBRANÇA vencido (s).

16.1.1 O restabelecimento do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO fornecimento somente ocorrerá após a quitação da dívida pela CONTRATANTE. A cobrança de multa, juros de mora e atualização monetária incidirão sobre o montante devido, bem como os custos de religação.

16.2 A GASMIG poderá suspender o SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO fornecimento, mediante prévia NOTIFICAÇÃO, quando verificar a ocorrência de qualquer das seguintes situações:

irregularidade fiscal por parte da CONTRATANTE, que impeça a GASMIG de emitir o DOCUMENTO DE COBRANÇA; ou sucessivos impedimentos de acesso à leitura e inspeções necessárias.

16.3 A GASMIG poderá suspender o SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, de imediato, independente de prévia NOTIFICAÇÃO, quando verificar a ocorrência de qualquer das seguintes situações: [

a) no caso de violação ou rompimento dos lacres do CMRP, adulteração do medidor, furto de GÁS, ligações em paralelo ao medidor, além de outras irregularidades;

b) nos casos de ligação clandestina ou religação sem autorização da GASMIG;

c) nos casos de deficiência técnica das instalações internas e adequações de ambientes da CONTRATANTE, que ofereçam risco potencial de dano a pessoas ou bens;

d) por CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR, observado o disposto na Cláusula 15 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;

e) em qualquer caso, em que se verificar potencial perigo de dano à integridade física de pessoas ou bens, desde que devidamente justificado pela GASMIG;

f) no caso de consumo acima da vazão horária máxima, definida no item 9.2.3 e que cause riscos aos SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, ou ao fornecimento de GÁS a outros clientes da GASMIG.

16.4 Sem prejuízo ao disposto no item 10.7 – PARADA PROGRAMADA e à aplicação de penalidade, conforme previsto no item 11.3, o SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO poderá ser suspenso toda vez que a GASMIG verificar a necessidade técnica de manutenção, ampliação e modificação de obras e instalações da rede de distribuição de GÁS, devendo a mesma, mediante NOTIFICAÇÃO, aviso prévio, comunicar ao CONTRATANTE, conforme estabelecido no item 10.7.2 (a) com antecedência mínima de 48 horas.

16.5 Nos casos de ~~interrupção emergencial~~, CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ~~interrupções ocasionadas por terceiros~~ e necessidade de interrupção do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO para atender à exigência de autoridades públicas, incluindo as hipóteses legais de contingenciamento de GÁS, a GASMIG, sempre que possível, comunicará à CONTRATANTE, e não incorrerá em qualquer responsabilização.”

CLÁUSULA 17 – DAS CAUSAS DE RESCISÃO

~~17. São causas de rescisão deste CONTRATO:~~

~~a) o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições;~~

~~b) a falência, recuperação judicial, dissolução judicial ou extrajudicial de qualquer PARTE;~~

~~c) o mútuo acordo das PARTES;~~

~~d) a demora ou recusa na concessão de qualquer Ato Governamental que afete o cumprimento das obrigações de cada PARTE, em prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses;~~

~~e) a impossibilidade de consumo do GÁS ou de prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO em razão de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR por um período continuado maior que 12 (doze) meses;~~

~~f) a impossibilidade de sobrevida do CONTRATO, em função de determinação legal; ou~~

~~g) a extinção da concessão da GASMIG.~~

17.1 A ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá evento de inadimplemento de qualquer das PARTES:

a) declaração de insolvência ou falência de qualquer das PARTES ou caso qualquer delas efetue pedido de autofalência entre em liquidação judicial ou extrajudicial ou sofra intervenção de qualquer autoridade governamental competente, desde que tal intervenção tenha relação direta com o objeto do CONTRATO e comprovadamente inviabilize a sua continuidade;

b) perda, por culpa de qualquer das PARTES, de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do CONTRATO;

c) violação dos itens relativos às obrigações de sigilo, vedação ao nepotismo e conduta das partes constantes do presente CONTRATO;

d) o não pagamento por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor não controverso correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE ou, quanto aos valores controversos, o não cumprimento por qualquer das PARTES do estabelecido no item 14.5;

e) o descumprimento pelas PARTES das obrigações estabelecidas no CONTRATO, formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente à PARTE inadimplente, caracterizando tal descumprimento;

f) cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste CONTRATO, em desacordo com a CLÁUSULA 24 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES;

g) o não cumprimento pelas PARTES do objeto do CONTRATO;

17.2 Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLENTO de qualquer das PARTES entre os listados nos itens 17.1(a), (b) ou (c), a PARTE adimplente poderá resolver o CONTRATO após a caracterização do evento de inadimplemento, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente com 10 (dez) DIAS de antecedência.

17.3 Caracterizado um evento de inadimplemento de qualquer das PARTES entre os listados nos itens 17.1 (d), (e), (f) ou (g), a PARTE adimplente poderá enviar NOTIFICAÇÃO a outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 20 (vinte) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO, desde que o referido evento de inadimplemento seja sanável.

17.3.1 A PARTE adimplente poderá resolver o CONTRATO desde que tenha transcorrido o prazo de 20 (vinte) DIAS estabelecido no item 17.3 sem que o inadimplemento tenha sido sanado. A resolução do CONTRATO se dará mediante envio, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência, de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente.

17.3.2 Uma vez sanado qualquer evento de inadimplemento NOTIFICADO conforme item 17.3, as obrigações das PARTES no CONTRATO serão restabelecidas e as PARTES não mais terão o direito de resolver o CONTRATO com base em tal inadimplemento.

17.4 Na hipótese de resolução do CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única aplicável em tal caso, independentemente do valor das perdas e danos efetivamente incorridos, o VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) negociado entre as PARTES e estabelecido em R\$ XXX (deixar o valor aberto para negociação em função do porte do Cliente e dos investimentos eventualmente realizados pela concessionária):

17.4.1 Acordam as PARTES que o valor estipulado no item 17.4 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

17.4.2 Na hipótese de rescisão imotivada do CONTRATO, a PARTE que efetuar a resolução se sujeitará ao pagamento do VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) à outra PARTE.

17.5 A PARTE adimplente emitirá um DOCUMENTO DE COBRANÇA à PARTE inadimplente com o valor, acrescido dos tributos, correspondente ao VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR), detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) dias após a data de sua emissão.

17.6 O CONTRATO poderá ser resolvido por qualquer das PARTES, mediante envio de NOTIFICAÇÃO por escrito à outra PARTE, sem responsabilidade alguma de qualquer PARTE perante a outra PARTE, nas seguintes ocorrências:

a) por mútuo acordo das PARTES;

b) pela demora ou recusa na concessão de qualquer ato governamental, em prazo superior a 12 (doze) MESES, que afete diretamente o cumprimento das obrigações de cada PARTE;

c) pela impossibilidade de recebimento e/ou de entrega de GÁS em razão de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR por um período continuado maior que 12 (doze) MESES;

d) pela impossibilidade de sobrevida do CONTRATO, em função de determinação legal;

e) pela extinção da concessão sem culpa da GASMIG.

17.7 A resolução do CONTRATO, nos termos previstos nesta cláusula e, conforme o caso, mediante o pagamento da quantia prevista no item 17.4, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução e tampouco prejudicará ou afetará as previsões deste CONTRATO sobre, incidências tributárias, solução de controvérsias, conduta das Partes e as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução.

17.8 O inadimplemento de qualquer das PARTES em quaisquer outros contratos celebrados por elas não será considerado inadimplemento no CONTRATO nem ocasionará a sua resolução, a aplicação de penalidade de qualquer natureza ou a suspensão de quaisquer obrigações aqui previstas". "

## Justificativa

"Verificamos que a cláusula 17 da forma como inicialmente proposta abordava de maneira muito simplificada as hipóteses de rescisão do Contrato. No entanto, considerando eventuais hipóteses envolvendo o inadimplemento e rescisão deste instrumento, sugerimos que a SEDE-MG avalie a utilização das disposições acima sugeridas."

## Resposta

Para as alterações para a letra "c" do item 15.3, ver contribuição 70. Já a sugestão da letra "d" será incorporada ao contrato.

As alterações do item 15.4 serão incorporadas ao contrato.

Os itens 15.7 e 15.8 serão incorporados ao contrato.

A troca do termo "fornecimento" já está contemplada na contribuição 93.

Para o item 16.1, considera-se que não são razoáveis que avisos de corte e atrasos tenham os prazos sugeridos. Mantém-se o padrão do mercado cativo. A redação que remete ao item 14.5 será acatada.

A sugestão para a letra "d" no item 16.3 é redundante.

Com relação ao item 16.4, ver contribuição 71.

Para o item 16.5, ver contribuição 37.

Considera-se que a redação original da cláusula 17 atende às necessidades do contrato.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 100

##### *"CLÁUSULA 18 – NOVAÇÃO*

*18.1 As estipulações previstas neste CONTRATO não constituem novação de ajustes, acordos ou contratos de mesma natureza já existentes entre as PARTES, que permanecem inalterados.*

*18.2-3 Os eventos abaixo especificados não serão considerados como precedentes capazes de novar, tácita ou expressamente, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) adotada no CONTRATO, permanecendo inalterados os direitos e obrigações estabelecidos no CONTRATO:*

*a) a prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO em base contínua ou alternada, pela GASMIG à CONTRATANTE, de qualquer quantidade de GÁS abaixo ou acima da QUANTIDADE DE CAPACIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC); ou*

*b) a retirada em base contínua ou alternada, pela CONTRATANTE, de qualquer quantidade de GÁS abaixo ou acima da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC)."*

##### *CLÁUSULA 19 – DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES*

*19.4 Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa."*

##### *CLÁUSULA 20 – DO VALOR CONTRATUAL*

*20.1 20.1 É atribuído ao presente CONTRATO o valor referencial de R\$ ( ). Dada a natureza do CONTRATO, o valor indicado é estimado, não estando inclusos os reajustes e revisões previstos, bem como os tributos não embutidos na Tarifa.*

*Para efeitos legais este CONTRATO tem, na data da sua assinatura, o valor estimado de R\$ (-)."*

##### *CLÁUSULA 21 – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE*

*21.1 As PARTES obrigam-se, pelo prazo de duração do CONTRATO e pelas suas eventuais prorrogações, e adicionalmente por 10 (dez) anos após o término do mesmo, a manter sob sigilo os instrumentos contratuais, bem como todas as informações referentes a qualquer aspecto do CONTRATO, que lhe forem transmitidas pela outra PARTE, ou obtidas em razão destes.*

*21.2 O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará, em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos.*

*(i) na rescisão contratual, se vigente o CONTRATO;*

*(ii) em qualquer hipótese, na responsabilidade por perdas e danos, não se aplicando, nesse caso, eventual limite de valor, se previsto;*

*(iii) adoção de medidas judiciais cabíveis por força da Lei nº 9.279/96 e legislação aplicável; e*

*(iv) aplicação de multa compensatória no montante de 10 % (dez por cento) do valor contratual, independentemente da indenização que trata a alínea "ii", deste item Erro! Fonte de referência não encontrada. 21.2, se vigente o CONTRATO."*

#### Justificativa

*"Sugerimos esta redação para disciplinar de forma mais detalhada as possíveis consequências do inadimplemento da obrigação de sigilo pelas partes."*

#### Resposta

A sugestão de inclusão do item 18.1 é desnecessária e redundante.

Para a alteração do termo "quantidade" para "capacidade", ver contribuição 84.

A inclusão do item 19.4 não acrescenta em nada ao contrato.

A inclusão/supressão de redações do item 20.1 serão incorporadas.

A sugestão para o item 21.1 não agrega ao contrato.

A sugestão de redação para o item 21.2 vai contra o princípio da isonomia para o mercado cativo.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 101

*"21.3 Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:*

*a) a informação já era conhecida anteriormente às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou através de procedimento legal;*

- b) ter havido prévia e expressa anuência da outra PARTE, mediante autorização da PARTE anuente, responsável pelo CONTRATO, quanto à liberação da obrigação de sigilo e confidencialidade;
- c) a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do CONTRATO;
- d) determinação judicial, legal e/ou ~~solicitação do PODER CONCEDENTE~~ administrativa para conhecimento das informações, e desde que requerido segredo no seu trato judicial e/ou administrativo, devendo ainda a PARTE que divulgou a informação ~~dar ciência~~ NOTIFICAR imediatamente a ~~a~~ outra PARTE e, se possível, previamente à liberação da informação.

#### CLÁUSULA 22 – LEI APLICÁVEL E SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

22.1. Este CONTRATO será regido e interpretado, e todas as controvérsias dele emergentes ou com ele relacionadas serão resolvidas de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil, incluindo o Código Civil Brasileiro, bem como as demais espécies normativas regulamentadoras do insumo GÁS NATURAL, e suas modificações posteriores, devendo ser aplicadas imediata e automaticamente ao presente negócio jurídico, independentemente da comunicação entre as PARTES.

22.2 As PARTES emendarão os seus melhores esforços para solucionar amigavelmente, por meio de negociação, qualquer disputa decorrente ou relacionada com o presente CONTRATO, inclusive quanto à sua interpretação ou execução (“Disputa”). A negociação terá duração máxima de 20 (vinte) DIAS ÚTEIS contados a partir da NOTIFICAÇÃO de qualquer das PARTES acerca da ocorrência da Disputa. Sem prejuízo disso, qualquer das PARTES poderá encerrar a negociação a qualquer tempo, mediante o envio de NOTIFICAÇÃO para a outra PARTE.

22.3 - Caso a disputa não seja solucionada amigavelmente, na forma do item 22.2, esta, por iniciativa de qualquer das PARTES, deverá ser exclusiva e definitivamente resolvida por Peritagem ou Arbitragem, esta por 3 (três) árbitros e de acordo com o Regulamento de Arbitragem do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA) (“Câmara de Arbitragem”), em vigor à época da apresentação do requerimento pela PARTE interessada e com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada, que deverá reger esta Cláusula de Arbitragem.

22.4 - O Tribunal Arbitral terá sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, local onde a sentença arbitral será proferida.

22.5 - A disputa será solucionada de acordo com a Lei brasileira. A Arbitragem será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade.

22.6 - O idioma da Arbitragem será o Português.

22.7 - As PARTES poderão, antes da constituição do Tribunal Arbitral, em circunstâncias excepcionais, mesmo posteriormente, requerer a qualquer autoridade judicial competente a concessão de tutelas de urgência (cautelares ou antecipação dos efeitos da tutela de mérito) e das medidas judiciais previstas ou compatíveis com o Regulamento de Arbitragem ou com a Lei nº 9.307/96.

22.8 - As ações judiciais conforme item 22.10 ou aquelas destinadas à execução de medidas cautelares de proteção de direitos concedidas pelo Tribunal Arbitral não serão consideradas como atos de renúncia à Arbitragem.

22.9- Quaisquer requerimentos formulados à autoridade judicial ou tutelas por ela concedidas ou denegadas, deverão ser informados sem demora ao Tribunal Arbitral. O Tribunal Arbitral poderá, a qualquer tempo, reapreciar a tutela concedida judicialmente, mantendo, alterando ou revogando-a, ou ainda, se denegada, concedendo-a.

22.10 A existência e conteúdo do procedimento arbitral e de qualquer ordem ou sentença arbitral serão mantidos em sigilo pelas PARTES, exceto nas hipóteses permitidas pela cláusula 22.11.3.1 e no Regulamento de Arbitragem da ICC.

22.11 Sem prejuízo da Arbitragem prevista nesta cláusula, as PARTES poderão optar por submeter determinadas controvérsias resultantes do CONTRATO a Peritagem, hipótese em que serão aplicados os dispositivos enumerados a seguir.

22.11.1 = Nomeação do Perito.

a) A PARTE que desejar submeter a controvérsia a um Perito deverá comunicar tal intenção à outra PARTE, mediante NOTIFICAÇÃO, relatando os motivos da controvérsia.

b) de comum acordo, as PARTES deverão, no prazo de 21 (vinte e um) DIAS da entrega da NOTIFICAÇÃO a que se refere o subitem precedente, designar o Perito responsável pelo exame da matéria controvertida.

c) Se dentro do prazo definido no item 22.11.1 (b) as PARTES não chegarem a um consenso sobre o Perito a ser designado, então a controvérsia deverá ser resolvida por Arbitragem.

d) Os termos do instrumento de nomeação do Perito, inclusive honorários, serão acordados entre este e as PARTES.

e) Na superveniência ou revelação de fato que possa colocar sob suspeita a isenção ou a qualificação de um Perito em relação à controvérsia, ou porque alguma PARTE considere que existe risco material em algum conflito de interesses que possa influir na decisão do Perito, então qualquer PARTE poderá - no prazo de 7 (sete) DIAS contados da data em que tome ciência desse fato, de sua revelação ou omissão - requerer a substituição do Perito.

22.11.2 Qualificações do Perito.



- a) Deverá ser qualificado por formação técnica, experiência e treinamento para opinar sobre a controvérsia.*
- b) Não poderá ter conflito de interesses, antes ou depois de aceitar sua nomeação. Havendo conflito, o Perito nomeado, se desejar atuar na solução da controvérsia, deverá desvincular-se dos interesses ou compromissos (anteriores ou posteriores), após o que, as PARTES decidirão se confirmam ou não a nomeação feita.*
- c) Não poderá, se pessoa física, no momento de sua nomeação ou durante sua atuação como Perito de tal controvérsia, ocupar cargo de diretor, chefe de escritório, empregado, prestador de serviço, ainda que por pessoa interposta ou consultor de uma das PARTES ou de alguma afiliada das mesmas, nem poderá ter ocupado qualquer desses cargos nos 12 (doze) Meses anteriores a sua nomeação como Perito.*

#### 22.11.3 - Confidencialidade.

*Todas as informações, dados ou documentos enviados ao Perito por qualquer PARTE devem ser consideradas como confidenciais, não podendo ser reveladas pelo Perito a pessoa alguma, à exceção de seus empregados ou consultores profissionais, ficando, de qualquer forma, condicionada a revelação ao disposto no subitem 22.11.3.1.*

*22.1.3.1 Os empregados ou consultores profissionais do Perito deverão, antes do recebimento das informações, dados ou documentos a que se refere o item 22.11.3, assumir obrigações específicas com o Perito no sentido de mantê-los sob estrita confidencialidade.*

*Todavia, perante as PARTES, o Perito será o responsável pela confidencialidade das informações.*

#### 22.11.3.2 Obrigações e prerrogativas do Perito.

*As obrigações do Perito deverão estar dispostas no instrumento de sua nomeação, dentre as quais, necessariamente, as seguintes:*

- a) apurar com imparcialidade a controvérsia, baseando-se tão-somente nas legislações pertinentes, nos fatos e dados apresentados pelas PARTES.*
- b) decidir a controvérsia no prazo determinado pelas PARTES.*
- c) manter e diligenciar pela confidencialidade a que se refere o item 22.11.3.*
- d) Notificar previamente à outra PARTE, qualquer reunião que tencione realizar com uma PARTE, facultando àquela outra a participação no referido encontro.*
- e) devolver, à PARTE que lhes tiver remetido, todos os documentos (e respectivas cópias) encaminhados para a execução de seu trabalho, tão logo o tenha concluído.*

*22.1.4 - O Perito deverá ignorar todas as informações a ele remetidas após o prazo de 30 (trinta) DIAS de sua nomeação, salvo as enviadas para atendimento a um pedido específico, cujo prazo de entrega será de no máximo 10 (dez) DIAS da solicitação do Perito.*

*22.1.5 - O Perito terá, dentre outros estabelecidos no instrumento de sua nomeação, os direitos de requerer às PARTES quaisquer informações adicionais que considere necessárias ao julgamento da controvérsia, bem como a contratação, para este fim, de qualquer técnico ou consultor independente, sujeito à aprovação das PARTES.*

#### 22.1.6 - Obrigações e direitos das PARTES em uma Peritagem.

*Cada Parte terá, em relação ao Perito e à outra PARTE, as seguintes obrigações e direitos, com vistas à submissão da controvérsia à Peritagem:*

#### 22.1.7 - Dentre as obrigações de cada PARTE, enumeram-se:

- a) enviar ao Perito, no prazo máximo de 30 (trinta) DIAS de sua nomeação, os documentos com as informações necessárias ao julgamento da controvérsia.*
- b) dispor para o Perito, no prazo máximo de 10 (dez) DIAS da solicitação, todas as informações adicionais específicas que o Perito julgue necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho.*
- c) enviar simultaneamente à outra PARTE cópias dos documentos com as informações a que se referem as duas alíneas do item 22.11.7. (a) e (b).*
- d) arcar com os respectivos custos para envio das informações ao Perito e à outra PARTE, bem como com as despesas com advogados, consultores, testemunhas, empregados, conforme a necessidade individual de cada PARTE.*
- e) arcar com 50% (cinquenta por cento) dos custos e despesas comuns de Peritagem, entre os quais honorários do Perito.*
- f) acatar a decisão final do Perito, salvo na hipótese de fraude ou erro em relação a Leis ou fatos materiais, ou de comprovada apreciação inadequada de tais fatos.*
- g) Dentre os direitos de cada PARTE, enumeram-se:*
- h) o de participar de quaisquer reuniões do PERITO com a outra PARTE, desde que comunique por escrito ao Perito, no prazo de 5 (cinco) DIAS de recebimento da NOTIFICAÇÃO a que se refere o item 22.11.3.2 (d), sua intenção de participar da mesma.*
- i) o de comentar ou contestar informações enviadas pela outra PARTE ao Perito, desde que o faça por escrito e no prazo de 14 (quatorze) Dias de recebimento de tais informações.*

#### 22.11.8 - Dentre os direitos de cada PARTE, enumeram-se:

- a) o de participar de quaisquer reuniões do PERITO com a outra PARTE, desde que comunique por escrito ao Perito, no prazo de 5 (cinco) DIAS de recebimento da NOTIFICAÇÃO a que se refere o item 22.11.3.2 (d), sua*

intenção de participar da mesma.

b) o de comentar ou contestar informações enviadas pela outra PARTE ao Perito, desde que o faça por escrito e no prazo de 14 (quatorze) Dias de recebimento de tais informações.

#### 22.11.9 Outras Disposições.

Se dentro do prazo determinado pelas PARTES o Perito não tiver apresentado sua decisão, as PARTES no prazo de 10 (dez) DIAS deverão chegar a uma solução de comum acordo para a questão. Caso as PARTES não cheguem a um acordo neste prazo, qualquer uma das PARTES poderá declarar extinta e sem efeito a Peritagem, devendo cada uma arcar com os custos por ela incorridos.

22.11.10 Após a decisão final, a PARTE vencedora será reembolsada, pela PARTE perdedora, de todos os custos em que comprovadamente tiver incorrido para realizar a Peritagem, incluindo os honorários do Perito.

22.11.11 - A instauração de um procedimento de Peritagem ou Arbitragem não suspenderá o andamento normal do CONTRATO, exceto no que concerne à questão submetida à Peritagem.

22.12 - Fica eleito, com exclusão de qualquer outro, o foro da cidade de xxx Estado xxx, para ações e medidas judiciais previstas ou compatíveis com o Regulamento de Arbitragem ou com a Lei nº 9.307/96. "

#### **Justificativa**

"Sugerimos, por meio da inserção da cláusula 22, a possibilidade de inclusão de arbitragem, como forma de solução de controvérsias."

#### **Resposta**

Para a letra "d" do item 21.3, o termo "notificar" será incorporado ao contrato. Quanto as demais sugestões, elas não acrescentam ao contrato.

Não existe cláusula de arbitragem no mercado cativo. Além disso, processos de arbitragem são onerosos e gerariam incentivos a não questionamentos por parte de players que atuam no mercado.

Contribuição parcialmente acatada.

#### **Contribuição 102**

#### "CLÁUSULA 22-23 – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS ANTICORRUPÇÃO

##### 23.2 Da vedação ao nepotismo

23.2.1 AGASMI não poderá manter, durante a execução do CONTRATO, administrador ou sócio com poder de direção que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado(a) da CONTRATANTE detentor(a) de função de confiança: (i) que autorizou a contratação; (ii) que assinou o CONTRATO; (iii) responsável pela demanda; (iv) responsável pela contratação; (v) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela demanda; (vi) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela contratação.

23.2.2 AGASMI não poderá utilizar, na execução dos serviços, objeto deste CONTRATO, sob pena de multa ou rescisão contratual, profissional que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau de empregado da CONTRATANTE detentor(a) de função de confiança: (i) que autorizou a contratação; (ii) que assinou o CONTRATO; (iii) responsável pela demanda; (iv) responsável pela contratação; (v) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela demanda; (vi) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela contratação.

23.2.3 Caso seja constatada, durante a execução do CONTRATO, situação de descumprimento dos itens 23.2.1 e 23.2.2 por meio de NOTIFICAÇÃO da CONTRATANTE, a GASMI terá 60 (sessenta) dias corridos para regularizar a irregularidade. Se após esse prazo a situação não for regularizada, acarretará multa de 0,5% (zero vírgula cinco) do valor deste CONTRATO ou, alternativamente, poderá acarretar a sua resolução

##### 23.3. Condutas das PARTES

23.3.1 Em relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este CONTRATO:

23.3.1.1 Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo (i) não realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) não realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem constituir violação à Lei 12.846/13, ao United States Foreign Corrupt Practices Act de 1977 ou ao United Kingdom Bribery Act (coletivamente denominados as "Leis Anticorrupção"). Para os efeitos desta cláusula 23.1, "Grupo" significa, em relação a cada uma das PARTES, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, subcontratados, representantes e agentes.

23.3.1.2 Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo cumprirão as Leis Anticorrupção.

23.3.1.3 Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, cada PARTE declara e garante que ela e os membros do seu Grupo não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e cumprirão as demais normas referentes a

lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei 9.613/98 e demais legislações aplicáveis à PARTE.

23.3.2 Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo não pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, bem como que não ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.

23.3.3 Cada PARTE declara, garante e se compromete que não utilizou ou utilizará broker, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente CONTRATO ou em qualquer assunto relacionado a este CONTRATO, quando a utilização de tal broker, agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nas cláusulas 23.3.1 e 23.3.2 ou quando as ações de tal broker, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta cláusula Vigésima Terceira.

23.3.4 As PARTES declaram, garantem e se comprometem que possuem políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às Leis Anticorrupção.

23.3.5 Cada PARTE deverá responder com razoável detalhamento o suporte documental adequado a qualquer solicitação razoável da outra PARTE relacionada aos compromissos, garantias e declarações realizadas nesta cláusula Vigésima Terceira, sendo que as PARTES não serão obrigadas a apresentar informações protegidas por sigilo legal. Essa obrigação permanecerá válida independentemente do término do CONTRATO.

23.3.6 Cada PARTE ("Parte Indenizante") deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento dos compromissos e declarações previstas nesta Cláusula pela Parte Indenizante e pelos membros do Grupo da Parte Indenizante. Esta obrigação não se sujeita ao limite de responsabilidade previsto na Cláusula Décima Nona e permanecerá válida independentemente do término do CONTRATO.

23.3.7 Cada PARTE deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas nas cláusulas 23.3.1, 23.3.2 e 23.3.3; (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à PARTE; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da PARTE, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da PARTE; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da vigência do CONTRATO e (v) cumprir a legislação aplicável.

23.3.8 Cada PARTE deverá providenciar, mediante solicitação razoável da outra PARTE, um certificado por escrito assinado por representante autorizado no sentido de ter a respectiva PARTE cumprido as determinações das cláusulas 23.3.1, 23.3.2 e 23.3.3.

23.3.9 Cada PARTE ("Parte Notificante") reportará qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer membro do Grupo da outra PARTE para a Parte Notificante. Tais solicitações ou ofertas deverão ser reportadas, por escrito, para: (i) [indicar email/endereço] da CONTRATADA; e (ii) [indicar email/endereço] no caso da GASMIG."

CLÁUSULA 23-24 – Saúde ocupacional, meio ambiente e Proteção ao usuário final

234.1 As PARTES comprometem-se a observar as normas legais e regulatórias relacionadas ao transporte e à distribuição de GÁS NATURAL, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de GÁS NATURAL e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

(i) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde ocupacional do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;

(ii) preservação do meio ambiente e respeito às populações, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais;

(iii) proteção e segurança do usuário final quando da utilização do GÁS NATURAL.

CLÁUSULA 245 - CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

245.1 O CONTRATO poderá ser cedido, no todo ou em parte, a uma pessoa jurídica que reúna as mesmas ou similares condições de garantia técnica, solvência financeira que a cedente, com a efetiva transferência e sub-rogação de todos os direitos e obrigações estipulados no CONTRATO.

245.2 A PARTE que desejar ceder seus direitos e obrigações, conforme item 024-1, deverá manifestar sua intenção, mediante NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, que deverá concordar ou justificar a recusa, esta baseada em critério de natureza técnica e/ou econômico-financeira ou, ainda, de não conformidade com o disposto neste CONTRATO e com o risco de integridade da pessoa jurídica, em um prazo máximo de 90 (noventa) DIAS.

245.2.1 A falta de manifestação formal em contrário no prazo estipulado será considerada como plena concordância com a cessão pela PARTE omissa.

245.2.2 Tendo havido recusa que não seja considerada procedente pela PARTE que deseja efetuar a cessão, o assunto será submetido ao Poder Judiciário.

245.3 Autorizada a cessão, dela deverá constar, obrigatoriamente, que a PARTE remanescente opõe ao cessionário as exceções oriundas do CONTRATO que lhe competirem opor ao cedente, o qual permanecerá solidariamente obrigado ao cessionário até o cumprimento integral pelo cedente de todas as obrigações contratuais constituídas e vencidas porventura existentes até o momento da cessão.

245.4 Na hipótese de cessão parcial do CONTRATO, a PARTE cedente e o cessionário serão responsáveis por todos os direitos e obrigações deles decorrentes na proporção de seus respectivos volumes.

#### CLÁUSULA 256 - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

256.1 As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

(i) Possuem plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes;

(ii) as pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida;

(iii) a celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (a) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (b) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (c) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO;

(iv) o CONTRATO vinculará e obrigará as PARTES e seus respectivos sucessores e cessionários, a qualquer título, incluindo sem limitação as hipóteses de cisão, fusão ou incorporação de qualquer das PARTES; e

(v) o término, a resolução ou a rescisão do CONTRATO não eximirá qualquer PARTE de suas obrigações que subsistam em relação ao mesmo.

#### CLÁUSULA 267 - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

267.1 As PARTES devem estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18) - LGPD, assumindo, de forma ilimitada perante a outra PARTE, toda e qualquer responsabilidade por violação à legislação de proteção de dados e privacidade decorrente dos tratamentos que realizarem, diretamente ou por intermédio de outrem.

#### CLÁUSULA 278 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

~~278.1~~ Este CONTRATO será regido e interpretado, e todas as controvérsias dele emergentes ou com ele relacionadas serão resolvidas de acordo com o direito brasileiro, pelo Código Civil Brasileiro, bem como pelas demais espécies normativas regulamentadoras do insumo GÁS NATURAL, e suas modificações posteriores, devendo ser aplicadas imediata e automaticamente ao presente negócio jurídico, independentemente da comunicação entre as PARTES.

278.3 Este CONTRATO e seus anexos (quando existentes) não poderão ser alterados senão por termo aditivo assinado pelos representantes legais devidamente autorizados de ambas as PARTES.

~~248.34~~ Limitação de Responsabilidade. A responsabilidade das PARTES pelo pagamento de indenizações, multas e penalidades decorrentes do presente CONTRATO está limitada a 30% (trinta por cento) do VALOR CONTRATUAL estipulado no item 20.1, da cláusula 20 - DO VALOR CONTRATUAL. Em nenhuma hipótese, qualquer das PARTES responderá perante a outra por lucros cessantes e danos indiretos decorrentes de descumprimento de suas obrigações estabelecidas neste CONTRATO.

~~248.34.1~~ As limitações de responsabilidade estabelecidas no item 24.3 não se aplicam: (i) às hipóteses previstas na Cláusula 21 (SIGILO E CONFIDENCIALIDADE) e na Cláusula 23 (DECLARAÇÕES E GARANTIAS ANTICORRUPÇÃO) nos casos de dolo, inclusive no caso de dolo da PARTE em questão que tenha resultado em demandas de terceiros, ou (ii) ao descumprimento da legislação ambiental, fiscal, trabalhista e previdenciária, sendo que em tais casos a responsabilidade será assumida pela respectiva PARTE que der causa, sem as referidas limitações de responsabilidade.

#### CLÁUSULA 24 289 - SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

~~289.1~~ As PARTES deverão envidar seus melhores esforços para tentar dirimir amigavelmente todas as controvérsias que surgirem com relação ao presente CONTRATO. Ocorrendo qualquer controvérsia, a PARTE interessada na sua resolução deverá enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE com o propósito de manterem negociações amigáveis e de boa-fé, a fim de resolverem a referida controvérsia no prazo de 15 (quinze) DIAS a contar do recebimento da NOTIFICAÇÃO. Transcorrido este prazo, e sem qualquer solução obtida, as PARTES, poderão recorrer à via judicial para dirimi-las em caráter definitivo.

#### CLÁUSULA 2930 - ~~DO FORO~~ CONCORDÂNCIA

~~249.1~~ Fica desde já eleito, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da comarca de Belo Horizonte para qualquer ação judicial referente a este CONTRATO:

As PARTES expressam a sua concordância com o teor integral deste CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento, em fé do que é firmado eletronicamente o presente, para um só efeito, junto com as 02 (duas) testemunhas abaixo, reconhecendo as PARTES a validade jurídica da solução disponibilizada pela XXXXX, adotada para assinatura eletrônica deste CONTRATO, na forma do disposto no §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/01.

*E como prova de assim haverem ajustado, as PARTES assinam este instrumento em duas (2) vias, para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo assinadas.*

*Belo Horizonte, XX de YY de 2021.*

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: “

#### Justificativa

*Sem justificativas.*

#### Resposta

Para a cláusula sobre declarações e garantias anticorrupção, ver contribuição 38. Ademais, a cláusula está desequilibrada, pois essa obrigação deveria incidir para as duas partes, as quais não podem permitir uma relação de parentesco na execução do contrato. A multa encontra-se em desacordo com o próprio contrato, que diz que não são devidas as indenizações.

Quanto a cláusulas da cessão de direitos e obrigações, há não conformidade com o mercado cativo. A cláusula também não é conforme ao colocar a cessão como um direito, esvaziando a multa por rescisão e permitindo a discussão judicial da cessão.

Será providenciada a inclusão da cláusula sobre declarações e garantias.

Para a contribuição sobre proteção de dados pessoais, ver contribuição 39.

A sugestão para a cláusula de disposições gerais será recusada, pois amplia a responsabilidade das partes em contradição às cláusulas anteriores. Além disso, considera-se o percentual de 30% elevado.

Contribuição parcialmente acatada.

### 3.6. Vale

#### Contribuição 103

“Inclusão de item:

CLÁUSULA 1 – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE TERMOS

1.1.xx ACORDO OPERACIONAL: documento contendo procedimentos quanto à regularidade e responsabilidade da prestação de informações, limitado à dados operacionais, a ser firmado entre agentes concessionários de distribuição, transportadores, comercializadores, fornecedores e consumidores livres.”

#### Justificativa

*“A previsão de assinatura de um acordo operacional entre os agentes transportador, comercializador, concessionária de distribuição e usuário livre, com anuência dos agentes reguladores estadual e federal, é primordial para viabilizar o fluxo informacional entre os segmentos e determinar critérios claros medição dos volumes de gás que serão alocados ao consumidor livre. Sobre tal documento, os procedimentos quanto à regularidade e responsabilidade da prestação de informações, limitado à dados operacionais, e, consequentemente, mantendo o sigilo comercial dos agentes, devem estar previstos.*

*O fluxo de informações torna-se especialmente relevante num cenário de desenvolvimento do mercado de balanceamento e de transações secundárias. Os agentes precisam das informações online disponíveis para tomada de decisão quanto a compra/venda de molécula do curto prazo e adequações de seus portfólios.*

*Da mesma maneira, disposições sobre qualidade do gás natural e pressão também devem ser tratados neste documento de modo a determinar os termos operacionais e responsabilidades.”*

#### Resposta

Ver contribuição 9.

Contribuição não acatada.

#### Contribuição 104

“Inclusão de item:

CLÁUSULA 1 – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE TERMOS

1.1.xx CONSUMIDOR LIVRE: consumidor de gás relacionado a único ponto de entrega que tem a opção de adquirir o gás de um comercializador, agente produtor ou importador, conforme estabelecido pela Lei Estadual nº 11.021, de 11 de janeiro de 1993 e pela Resolução SEDE Nº 32 DE 28/06/2021.”

#### Justificativa

*“É importante que a minuta estabeleça a definição de Consumidor Livre que, por depender de regulação estadual, deve fazer referência à redação estabelecida pela Resolução SEDE Nº 32 DE 28/06/2021.”*

#### Resposta

A redação será incluída com conteúdo idêntico ao da Resolução SEDE nº 17/2013.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 105

"Inclusão de item:

CLÁUSULA 1 – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE TERMOS

1.1.xx FALHA DE FORNECIMENTO OU FALHA NO FORNECIMENTO: significa a situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA de qualquer das seguintes hipóteses:

a) falta de disponibilidade de GÁS em quaisquer dos PONTOS DE ENTREGA DA GASMIG; e

b) cumulativamente, recusa e não recebimento pela CONTRATANTE de GÁS em desconformidade com as especificações contidas na CLÁUSULA 13 – QUALIDADE E TITULARIDADE DO GÁS e observado o procedimento ali disposto.

Excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará FALHA NO FORNECIMENTO:

(i) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR;

(ii) ter a CONTRATANTE sido a parte determinante para tal ocorrência; ou

(iii) situações de PARADASPROGRAMADAS."

#### Justificativa

*"É importante que, diante da ausência de definição própria na legislação estadual, a minuta estabeleça o conceito de Falha de Fornecimento utilizado ao longo do Contrato, principalmente para aplicação da penalidade prevista na Cláusula 11."*

#### Resposta

Ver contribuição 10.

Contribuição parcialmente acatada.

#### Contribuição 106

"Inclusão de item:

CLÁUSULA 3 – OBRIGAÇÕES DA GASMIG

3.xx Promover transparência das informações, em plataforma para acesso online, de medição de volume considerado, tarifa aplicada e sua composição, volume de perdas, penalidades aplicadas, encargos aplicados, e demais informações concernentes ao usuário;

3.xx Promover constante qualidade do serviço prestado em sua atividade fim, atendimento ao usuário e demais atividades desenvolvidas;

3.xx Negociar de boa fé e disponibilizar-se para atendimento das previsões do ACORDO OPERACIONAL, a ser elaborado pela ANP em conjunto com as agências reguladoras estaduais;

3.xx Colaborar com demais agentes para promoção do melhor funcionamento do sistema como um todo;

3.XX Responder por danos e prejuízos ao contratante, seus representantes ou a terceiros, em decorrência da má execução dos seus serviços.

3.xx Sem prejuízo do item anterior, preservar e manter a CONTRATANTE a salvo de reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de ação ou omissão sua ou de suas subcontratadas.

3.xx Assumir todas e quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e fundiárias, oriundas do exercício do CONTRATO.

3.xx Informar a CONTRATANTE, em até (2) dias corridos após a ocorrência, acidente de trabalho com seus empregados ou com empregados de suas subcontratadas ou cessionárias, que laborem nas instalações da GASMIG.

3.xx Obter as licenças, autorizações, certidões e/ou outros instrumentos previstos na legislação, de sua responsabilidade, necessários à execução dos serviços, sem ônus para a CONTRATANTE."

#### Justificativa

*"Além dos itens expostos na minuta da Secretaria, sugerimos a inclusão de mais nove tópicos para a composição do rol de obrigações da GASMIG, que se fazem de suma relevância. Visa-se, essencialmente, a promoção da transparência informacional, manutenção da qualidade do serviço prestado, disponibilização para o atendimento ao Acordo Operacional, a ser elaborado, colaboração com demais agentes para promoção do melhor funcionamento do sistema como um todo, assim como responsabilização por danos e prejuízos em função da sua má prestação do serviço."*

#### Resposta

Quanto ao "acordo operacional", ver contribuição 9.

Com relação a "responder por danos e prejuízos...", ver contribuição 12.

A transparência das informações em plataforma para acesso online já existe e vem sendo aprimorada pela concessionária. Ademais, algumas informações sugeridas extrapolam a competência da concessionária e se misturam com as atribuições do poder concedente.

Quanto a promoção constante da qualidade e promoção do melhor funcionamento do sistema como um todo, já existe previsão no contrato de concessão.

A resposta por danos e prejuízos ao contratante já está previsto no presente contrato.

A sugestão para "preservar e manter a contratante a salvo..." gera implicações ao mercado cativo e para demais clientes livres.

Quanto às obrigações, entende-se que algumas são de responsabilidade da GASMIG e outras são de responsabilidade do contratante.

Com relação aos acidentes de trabalho, entende-se que não há ganho em criar uma obrigação para que a GASMIG reporte todo e quaisquer acidentes ocorridos com seus funcionários. Isso não ocorre no mercado cativo.

Quanto a obtenção de licenças, certidões e/ou outros instrumentos previstos, considera-se a contribuição redundante.

Contribuição não acatada.

#### Contribuição 107

*"CLÁUSULA 8 – PONTO DE ENTREGA DA GASMIG e PONTO DE SAÍDA*

*8.3 Salvo se de outra forma previsto na regulação nacional e estadual vigente, a responsabilidade sobre as perdas de GÁS será da GASMIG, até o PONTO DE ENTREGA."*

#### Justificativa

*"Idealmente, todas as perdas de gás a montante do Ponto de Entrega da GASMIG devem ser de responsabilidade da GASMIG e, a jusante, sejam de responsabilidade da Contratante."*

#### Resposta

O assunto já é abordado no item 8.3 do contrato.

Contribuição não acatada.

#### Contribuição 108

*"CLÁUSULA 10 – PROGRAMAÇÃO E PARADAS PROGRAMADAS*

*10.1 A CONTRATANTE enviará à GASMIG todas as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) enviadas ao COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou TRANSPORTADOR, através do GASMIG ATENDE, até 30 (trinta) minutos após o envio da QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) ao COMERCIALIZADOR DE GÁS a pós recebimento de efetiva confirmação, por parte do COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou TRANSPORTADOR, acerca do volume requerido aprovado para ser atendido."*

#### Justificativa

*"Considerando-se que este contrato será direta e intrinsecamente relacionado ao contrato de aquisição de molécula, a ser celebrado com entidade distinta (COMERCIALIZADOR DE GÁS), porém, dado que as QDS a serem consideradas pela GASMIG hão que ser previamente aceitas confirmadas pelo COMERCIALIZADOR DE GÁS, o prazo de 30 minutos solicitado como intervalo máximo entre ambas programações, além ser informação dependente de negociações à parte, a serem conduzidas junto ao COMERCIALIZADOR DE GÁS, é muito reduzido para que seja viável o envio da QDS após a confirmação de fornecimento de molécula por parte do COMERCIALIZADOR DE GÁS. Com isso, se tornam passíveis de serem aplicadas penalidades com reprogramações quando, no envio de tal informação, a mesma não possuiu tempo suficiente para ser confirmada."*

#### Resposta

Ver contribuição 21.

Contribuição não acatada.

#### Contribuição 109

*"10.3 A GASMIG compromete-se a disponibilizar para a CONTRATANTE, no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, a cada DIA, uma quantidade de GÁS igual à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), observada a CLÁUSULA 9 – CONDIÇÕES DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DO GÁS:*

*10.3.1 Excepcionalmente, a CONTRATANTE poderá solicitar, e a GASMIG poderá, a seu exclusivo critério de disponibilidade de SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO e a concordância do COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou TRANSPORTADOR, aceitar que a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) de determinado DIA seja superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC). A eventual aceitação da GASMIG será específica e não importará em novação do Contrato:*

*10.3 Até 5 (cinco) dias antes do início de cada mês, a GASMIG, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à CONTRATANTE, deverá confirmar a aceitação das QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), as quais serão consideradas QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS, ou informar sua recusa e confirmar à CONTRATANTE quais serão as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS, caso a solicitação se enquadre dos seguintes requisitos:*

*a) QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC);*

*b) ocorrência de PARADAS PROGRAMADAS comunicadas previamente conforme o disposto na cláusula 10.7;*

*c) ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.*

*10.4 Caso a GASMIG não se pronuncie neste prazo, considerar-se-á como aceita e confirmada tal programação, para fins de definição da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA.*

10.5 Caso a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA para determinado DIA seja superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) E tenha sido previamente aceita pela GASMIG, esta eventual aceitação não implicará em novação contratual.”

#### Justificativa

“Recomendamos o ajuste desta cláusula, para que seja mais específica e contemple atividades de programação que, na minuta apresentada, entendemos que não foram contempladas. Para tanto, propomos a redação mencionada.”

#### Resposta

As sugestões para os itens 10.3 e 10.4 vão contra ao que é praticado para o mercado cativo, ferindo o princípio da isonomia, além de prejudicar a área técnica da GASMIG e elevando custos.

A sugestão de inclusão do item 10.5 já está previsto na cláusula de novação.

Para a sugestão sobre o item 10.3.1, ver contribuição 24.

Contribuição não acatada.

#### Contribuição 110

“Inclusão de item:

Uma vez que é facultada ao CONTRATANTE a aquisição de gás simultaneamente no mercado cativo e no mercado livre (na figura do consumidor parcialmente livre), a medição dos volumes totais efetivamente retirados pelo CONTRATANTE a serem alocados em cada um dos Contratos em vigor (no contrato cativo e neste Contrato de Serviço de Distribuição) deverá ser definida pelo CONTRATANTE, utilizando-se como base as QUANTIDADES EFETIVAMENTE RETIRADAS (QER) no DIA. Quando do momento da apuração do consumo, a GASMIG deverá realizar a medição da QER do consumidor parcialmente livre e submetê-la para que o CONTRATANTE confirme qual a quantidade a ser apurada neste Contrato e, conseqüentemente, no contrato cativo.”

#### Justificativa

“Conforme supracitado, dado não haver detalhamento sobre o procedimento operacional que será adotado para consumidores livres / parcialmente livres, não identificamos nenhuma referência à priorização de volumes fornecidos, quando da coexistência de contratos de diferentes supridores de moléculas, no regime cativo e no livre. Nosso entendimento é de que, uma vez que haja contratos simultâneos de fornecimento de molécula (cativo / livre), visando que haja a justa competitividade no mercado de gás natural e permitindo que os consumidores realizem a melhor escolha de alocação de volume para si, considerando-se que tais contratos como prática possuem, cada um, seus níveis de Take or Pay definidos e negociados, a definição de quanto do volume consumido deverá ser alocado (medido) em cada um dos contratos deve ser uma responsabilidade do Contratante, segundo critérios definidos por ele, como figura demandante em ambos contratos. Uma vez que a GASMIG prestará o serviço de distribuição em ambas as situações (tanto no contrato cativo quanto no livre), é mister que haja tal referência em seu Contrato de Serviço de Distribuição, ademais do mesmo constar na minuta contratual referente ao modelo cativo.”

#### Resposta

A situação descrita será negociada com a GASMIG, caso a caso, de acordo com as regras vigentes no mercado cativo. Não é recomendável que o mercado livre seja o ambiente para tal negociação.

Contribuição não acatada.

#### Contribuição 111

“CLÁUSULA 11 – PENALIDADES

11.1 Caso, em determinado DIA a CONTRATANTE retire uma quantidade de GÁS que supere em mais 5-10% (cinco dez por cento) a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para esse DIA, deverá pagar à GASMIG, além do faturamento normal, uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:”

#### Justificativa

“Propomos o ajuste do limite da retirada a maior que a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) diária vConisando praticarmos valores alinhados com o que já vem sendo realizado no mercado.”

#### Resposta

Previsões assertivas no mercado livre mitigam o risco de penalidades para o mercado cativo. Considera-se que a 5% é uma prática razoável e vigente no mercado.

Contribuição não acatada.

#### Contribuição 112

“11.2 Caso, em determinado DIA a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA seja inferior a 95-80% (noventa oitenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para esse DIA; a CONTRATANTE pagará à GASMIG, além do faturamento normal, penalidade por retirada a menor calculada pela seguinte fórmula:”

#### Justificativa



*“Propomos o ajuste do limite da retirada a menor que a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) diária visando praticarmos valores alinhados com o que já vem sendo realizado no mercado.”*

**Resposta**

Ver contribuição 111.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 113**

“Inclusão de item:

CLÁUSULA 1[2] – COMPROMISSO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO

14.1 A partir do INÍCIO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, a GASMIG compromete-se a aceitar as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), observado o disposto na CLÁUSULA 10 – PROGRAMAÇÃO E PARADAS PROGRAMADAS.

14.2 Caso a GASMIG não forneça as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) e seja caracterizada FALHA NO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, ficará sujeita à respectiva penalidade conforme item 11.3.1.”

**Justificativa**

*“A minuta não prevê cláusula de delivery-or-pay em favor da Contratante. Dessa forma, sugerimos a inclusão de um compromisso de prestação de serviço de distribuição por parte da GASMIG que, em caso de default, sujeitará a GASMIG à penalidade prevista para falha no serviço de distribuição.”*

**Resposta**

A sugestão para o item 14.1 já está contemplada no item 10.3.

Para o item 14.2, já está previsto no contrato a falha no serviço de distribuição.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 114**

“CLÁUSULA 10 – PROGRAMAÇÃO E PARADAS PROGRAMADAS

10.xx O SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO poderá ser suspenso toda vez que a GASMIG verificar a necessidade técnica de manutenção, ampliação e modificação de obras e instalações da rede de distribuição de GÁS, devendo a mesma, mediante aviso prévio, comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 horas.”

**Justificativa**

*“Entendemos que este tipo de Manutenção deva ser incluída nas regras definidas para as PARADAS PROGRAMADAS. Isto posto, pedimos a supressão deste item e inclusão do mesmo nas regras de PARADAS PROGRAMADAS.”*

**Resposta**

A sugestão já está prevista no contrato nos itens 10.7.1, 10.7.2 e 16.5.

Contribuição não acatada.

**Contribuição 115**

“CLÁUSULA 17 – DAS CAUSAS DE RESCISÃO

17.1 São causas de rescisão deste CONTRATO:

(a) o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições desde que, após notificada pela outra PARTE, não restabeleça no prazo de 15 (quinze) dias o cumprimento de tal obrigação;

17.2. Sem prejuízo da satisfação de seus demais direitos, a CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério, resolver este Contrato, mediante prévia e expressa comunicação à GASMIG, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à GASMIG o direito a qualquer reclamação, indenização ou compensação, em razão da resolução, nos seguintes casos:

(i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da outra Parte;

(ii) descumprimento material da legislação aplicável relativa à saúde e segurança do trabalho ou meio ambiente, em especial as normas internas da CONTRATANTE, bem como as licenças ambientais aplicáveis e suas condicionantes; e/ou

(iii) fraude ou dolo cometidos por uma Parte de forma relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

(iv) descumprimento de qualquer das obrigações do presente Contrato que deixe de ser sanado no prazo definido no Contrato ou pelas Partes, conforme o caso, após o recebimento de notificação da CONTRATANTE neste sentido;

(v) cessação, subcontratação e/ou transferência parcial ou total para terceiros das obrigações assumidas, ou dos créditos decorrentes do presente Contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

(vi) paralisação do fornecimento de MATERIAIS sem prévio e expresse acordo das Partes.

(vii) fraude ou dolo cometidos pela GASMIG de forma relacionada ao cumprimento de suas obrigações contratuais;

(viii) descumprimento material da legislação aplicável relativa à saúde e segurança do trabalho ou meio ambiente, às normas internas da CONTRATANTE, bem como às licenças ambientais aplicáveis e suas condicionantes; v

(ix) violação de propriedade intelectual;

(x) violação ao disposto na cláusula de proteção de dados pessoais; e/ou

(xi) violação ao disposto nas cláusulas de anticorrupção e sanções.

17.2.1. Fica certo e ajustado que a adoção pela FORNECEDORA de mão-de-obra escrava e/ou infantil ou de quaisquer outras condições de trabalho que atentem contra a dignidade humana ensejará a automática e imediata resolução deste Contrato por motivo atribuível à FORNECEDORA, sem que seja necessária a notificação prévia pela VALE ou a concessão à FORNECEDORA de prazo para regularização, sem prejuízo da denúncia às autoridades competentes e de todos os demais remédios legais e contratuais cabíveis.”

#### Justificativa

“É preciso conceder um prazo de cura para que a Parte em default possa adimplir com a cláusula e/ou condição descumprida. A redação atual gera incerteza sobre a tolerância para cura e de que modo o descumprimento de obrigações no contrato enseja a rescisão.

Além disso, entende-se ser importante a inclusão de mais prerrogativas que permitam a rescisão do contrato no caso de faltas graves por parte da GASMIG de forma a preservar a CONTRATANTE.

Dessa forma, solicita-se a alteração da redação conforme informado ao lado.”

#### Resposta

Ver contribuições 38 e 99.

Contribuição não acatada.

#### Contribuição 116

##### “CLÁUSULA 22 – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS ANTICORRUPÇÃO

Para fins desta cláusula:

Funcionário de Governo significa:

(a) pessoa que trabalhe ou exerça um cargo em órgão público ou em empresa controlada direta ou indiretamente por um governo, seja ele nacional ou estrangeiro, ainda que de forma transitória ou sem remuneração;

(b) empregado, diretor, representante ou qualquer pessoa agindo com capacidade oficial por ou em nome de uma Autoridade Governamental (conforme definido a seguir);

(c) membro de assembleia ou comitê ou empregado envolvido no cumprimento do dever público conforme as leis e os regulamentos aplicáveis, independentemente de ter sido eleito ou nomeado, tal como vereador, deputado (federal ou estadual) ou senador;

(d) funcionário do Legislativo, do Executivo ou do Judiciário, independentemente de ter sido eleito ou nomeado, tal como secretário municipal ou estadual, ministro de governo, ministro de tribunais superiores, juiz, desembargador, promotor, defensor, procurador, advogado geral da União, prefeito ou governador;

(e) funcionário ou pessoa que detenha cargo em partido político;

(f.) candidato a cargo político;

(g) pessoa que detenha qualquer outro cargo oficial, cerimonial ou que seja nomeada ou tenha herdado cargo em governo ou em qualquer de suas agências;

(h) diretor ou empregado de organização internacional (incluindo, porém sem a esses se limitar, o Banco Mundial, as Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE);

(i) pessoa que seja ou alegue ser intermediária atuando em nome de um Funcionário de Governo;

(j) pessoa que, ainda que não seja um Funcionário de Governo, seja equiparada a tal em virtude de lei aplicável; ou

(k) funcionário de Empresa estatal ou de economia mista.

Autoridade Governamental significa:

(a) Entidade Governamental (conforme definido abaixo);

(b) órgão governamental, conselho, comissão, tribunal ou agência, quer seja civil ou militar, de qualquer Entidade Governamental, seja como for constituído;

(c) associação, organização, negócio ou empreendimento que pertence ou é controlado por uma Entidade Governamental; ou

(d) partido político.

Entidade Governamental significa qualquer organismo supranacional, governo nacional, estadual, municipal ou local (incluindo qualquer tribunal, agência administrativa ou comissão) ou qualquer tribunal arbitral ou

órgão paraestatal ou privado que exerça autoridade regulatória, judicial ou administrativa.

22.1 A GASMIG não praticará quaisquer atos não explicitamente autorizados por este Contrato em nome da CONTRATANTE, a menos que a GASMIG receba prévia autorização por escrito da CONTRATANTE.

22.2 A GASMIG possui todas as licenças e qualificações necessárias para cumprir com os seus deveres sob este Contrato.

22.3 A GASMIG cumprirá integralmente, a todo tempo, com o Foreign Corrupt Practices Act (15 U.S.C. §78-dd-1, et seq., conforme alterado), aspectos relacionados à corrupção e suborno de autoridades públicas da Lei Anticorrupção Brasileira (Lei nº 12.846/2013), a Lei britânica UK Bribery Act, bem como com todas as outras leis antissuborno, leis anticorrupção, leis sobre conflitos de interesses ou outras leis, normas ou regulamentos com finalidade e efeito semelhantes aplicáveis à GASMIG ou à CONTRATANTE (coletivamente, "Leis Anticorrupção").

22.4 A GASMIG confirma que recebeu, examinou, entende e cumprirá os Códigos de Conduta da CONTRATANTE, em sua integralidade.

22.5 Além do divulgado no Anexo "Identificação dos Funcionários do Governo" e/ou antes da data deste contrato, nenhum diretor, conselheiro, funcionário ou beneficiário da GASMIG ("Titular"), de subsidiária, joint venture ou outra sociedade ou empresa que seja controlada, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, pela GASMIG ("Coligada"), nem qualquer parente imediato destes (coletivamente, as "Pessoas Alcançadas"), é um Funcionário de Governo que tem ou teria poderes, deveres ou responsabilidades que sejam relevantes ou conflitariam com a representação da GASMIG na CONTRATANTE neste contrato ou no cumprimento das atividades e obrigações da GASMIG neste Contrato.

22.6 A GASMIG, em todas as suas atividades relacionadas a este Contrato e em nome da CONTRATANTE, garante que divulgou integralmente para a CONTRATANTE as "Pessoas Alcançadas" que se enquadram na condição de Funcionário do Governo, conforme solicitado pela Cláusula 0 Se, após a assinatura deste Contrato, ocorrer qualquer alteração que façam com que a informação fornecida se torne imprecisa ou incompleta, a GASMIG deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente por escrito sobre as devidas atualizações.

22.7 A GASMIG, em todas as suas atividades relacionadas a este Contrato e em nome da CONTRATANTE, declara que não praticou nenhuma ação que viole as leis anticorrupção ou os Códigos de Conduta.

22.8 A GASMIG não se envolverá nem usará quaisquer consultores, representantes, agentes, corretores ou outros intermediários ("Intermediários"), subcontratados, subagentes ou outros terceiros (coletivamente "Subcontratados") no cumprimento deste Contrato, a menos que receba prévia autorização por escrito da CONTRATANTE. Se autorizado pela CONTRATANTE, a GASMIG deve assegurar que os Subcontratados cumpram o disposto nesta Cláusula.

22.9 Durante o cumprimento do Contrato, a GASMIG deverá preparar, manter ou providenciar que seus livros e registros contábeis estejam completos, registrando todos os desembolsos de recursos e outras transações realizadas pela GASMIG em nome da CONTRATANTE ou em relação ao objeto deste Contrato, e deverá disponibilizar à CONTRATANTE acesso a tais livros e registros, mediante solicitação. A preparação de tais livros e registros incluirá controles contábeis suficientes para fornecer garantias razoáveis de que todas as referidas transações são realizadas de acordo com os termos e condições deste Contrato.

22.10 A GASMIG concorda que, se a CONTRATANTE souber ou tiver motivos justificados para suspeitar de que a GASMIG, suas Coligadas ou seus respectivos Titulares ou Intermediários estão envolvidos ou estiveram envolvidos em conduta que viole as Leis Anticorrupção ou os Códigos de Conduta, a CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato, de acordo com as regras previstas neste documento.

22.11 A GASMIG deverá relatar imediatamente à CONTRATANTE qualquer violação às Leis Anticorrupção ou disposições correlatas deste Contrato de que tomar conhecimento ou tiver bases razoáveis para acreditar que qualquer violação tenha ocorrido em relação às suas atividades em nome ou no interesse da CONTRATANTE."

#### Justificativa

"Dado que a GASMIG é uma empresa com bastante influência pública e politicamente exposta, entendemos que a redação desta cláusula anticorrupção deve mais criteriosa. Para tal, propomos a redação a seguir."

#### Resposta

As formas de rescisões pleiteada não são as usadas nos contratos de clientes cativos e podem trazer incoerências para o mercado cativo. Demais, há a inclusão de termos novos sem definição, como "MATERIAIS".

Contribuição não acatada.

### 3.7. Cid Tomanik Pompeu Filho

#### Contribuição 117

"CONTRATO DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO QUE

ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A COMPANHIA

DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG E, DE OUTRO LADO,

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS – GASMIG, sociedade anônima, com sede na Avenida Barbacena, nº 1.200, 7º andar, na Cidade de Belo Horizonte, MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.261.473/0001-85, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, a seguir referida simplesmente como "GASMIG";

, , com sede , inscrita no CNPJ/MF sob o nº , ato representada na forma de seu Estatuto Social, a seguir referida simplesmente como “CONTRATANTE”;

GASMIG e CONTRATANTE são doravante em conjunto denominadas “PARTES” e, isoladamente, “PARTE”.

CONSIDERANDO QUE:

i. a Lei nº 14.134, de 08 de abril de 2021, instituiu normas para a exploração das atividades econômicas de transporte de GÁS NATURAL por meio de condutos e de importação e exportação de GÁS NATURAL, de que tratam os incisos III e IV do caput do art. 177 da Constituição Federal, bem como para a exploração das atividades de escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural.

ii. o Decreto nº 10.712/2021, que regulamenta a Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, que institui normas para a exploração das atividades econômicas de transporte de gás natural por meio de condutos e de importação e exportação de gás natural, de que tratam os incisos III e IV do caput do art. 177 da Constituição e para a exploração das atividades de escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural.

iii. nos termos do artigo 25, parágrafo 2º da Constituição Federal e do artigo 10º, inciso VIII, da Constituição do Estado de Minas Gerais, cabe ao Estado de Minas Gerais, diretamente ou mediante concessão, explorar os serviços locais de gás canalizado em seu território.

iv. a GASMIG é a Concessionária dos Serviços de Distribuição de Gás Canalizado no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 2º do artigo 25 da Constituição Federal e na Lei Estadual nº 11.021 de 11 de janeiro de 1993 que autorizou sua constituição.

v. foi aprovada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico a Resolução SEDE nº 17, de 09 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as regras para criação do mercado livre na área de concessão de gás canalizado do Estado de Minas Gerais e as

condições gerais de acesso à prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, no Estado de Minas Gerais, para a movimentação de GÁS ao CONSUMIDOR LIVRE.

vi. A CONTRATANTE firmou com o COMERCIALIZADOR DE GÁS contrato de fornecimento de GÁS e que o mesmo não onera o MERCADO REGULADO da GASMIG, conforme Resolução SEDE nº 17, de 09 de dezembro de 2013.

vii. A CONTRATANTE firmou com o TRANSPORTADOR ou COMERCIALIZADOR DE GÁS contrato de prestação de serviço de transporte que atende ao PONTO DE SAÍDA.

viii. as alterações promovidas pela Resolução SEDE nº 32, de 28 de junho de 2021, que altera a Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, e Resolução SEDE nº 18, de 9 de dezembro de 2013, estabelece que a concessionária deverá se utilizar de contrato padronizado de distribuição de gás para atendimento aos CONSUMIDORES LIVRES.

As PARTES, entre si, têm justo e acordado celebrar o presente CONTRATO, que será regido pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente."

#### Justificativa

"A minuta inteira necessita de revisão de terminologia, por exemplo: não é serviço de distribuição. mas sim serviço de distribuição de gás canalizado. Outra revisão necessária é a fundamentação legal. Esqueceram da LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995. - Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências e LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios."

#### Resposta

O serviço de distribuição é um termo definido que se refere ao gás canalizado. A Lei nº 8.987/1995, de concessão, já baliza o contrato de concessão, logo, não é necessária referência explícita. Já a Lei 13.303/2016 é sobre empresa estatal. O serviço de distribuição existirá independente do regime da GASMIG, inclusive se ela for privatizada, logo é uma lei que não faz parte desse contrato de serviço de distribuição.

Contribuição não acatada.

#### 4. Considerações finais

A Consulta Pública nº 24/2021 identificou 117 contribuições, conforme se apresenta na tabela abaixo.

Contribuições à Consulta Pública 24/2021	
Contribuições acatadas/parcialmente acatadas	63
Contribuições não acatadas	54
Total	117

Como resultado, apresenta-se nova minuta do contrato de serviço de distribuição que permitirá a migração de potenciais consumidores, autoprodutores e autoimportadores ao mercado livre de gás natural canalizado em Minas Gerais.

Dessa forma, recomenda-se a divulgação da presente Nota Técnica e a publicação do contrato de serviço de distribuição.

Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2021.

**Marcelo Ladeira Moreira da Costa**

Superintendente de Política Minerária, Energética e Logística

**Pedro Oliveira de Sena Batista**

Diretor de Energia



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Ladeira Moreira da Costa, Superintendente**, em 10/12/2021, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Oliveira de Sena Batista, Diretor(a)**, em 10/12/2021, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38067998** e o código CRC **2F65FCFF**.